UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PSICOLOGIA

KAREN CAMARGO

**A SUBJETIVIDADE FEMININA: ENTRE A DIALÉTICA DO EU E DO OUTRO,
OS DISCURSOS DOMINANTES E A RESISTÊNCIA.**

CORUMBÁ

2024

KAREN CAMARGO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus Pantanal.

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Galvão

CORUMBÁ

2024

A SUBJETIVIDADE FEMININA: ENTRE A DIALÉTICA DO EU E DO OUTRO, OS
DISCURSOS DOMINANTES E A RESISTÊNCIA.

KAREN CAMARGO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito para a obtenção do título de Bacharel em
Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul campus Pantanal.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Luis Fernando Galvão

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Ronny Machado de Moraes

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr. Tacinara Nogueira de Queiroz

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão aos professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que, para além da transmissão de conhecimento, ofertaram gentileza e empatia. Esses valores, que transcendem as fronteiras acadêmicas, revelam uma compreensão sensível à singularidade que habita em cada aluno. Destaco, especialmente, meu orientador, Luis Fernando Galvão, cuja paciência e fortalecimento da minha autonomia, foram alicerce que sustentou tanto meu trabalho de conclusão de curso quanto minha trajetória na clínica de psicologia. Os ensinamentos não apenas nos enriquecem como estudantes, mas também promovem reflexões que transcendem a dinâmica acadêmica. Colaborando para que possamos enxergar o mundo de forma mais crítica e consciente.

Aos meus amigos, que foram companheiros fiéis mesmo nos momentos mais desafiadores da jornada acadêmica e da vida, rendo meu mais sincero reconhecimento. Em especial, agradeço à minha amiga Melina Mello Bachega, que, com sua força e delicadeza, soube me reconstruir sempre que me vi em ruínas. Fazendo-me observar que eu não era somente um cômodo, mas uma grande casa para se habitar.

Minha família, embora fisicamente distante, esteve presente em cada passo, oferecendo o apoio necessário para que eu pudesse seguir adiante. Agradeço, particularmente, à minha mãe, Luzia Gomes Camargo, e à minha irmã, Keila Gomes Camargo, que, para além das convenções do papel familiar, me incentivaram a seguir estudando e a me constituir como mulher em toda a minha potência. Para além do apoio, estabeleceram um solo para que eu pudesse sentir-se segura e florescer

Por fim, e em um lugar mais profundo de minha existência, está o amor que me transforma e dá sentido. Minha eterna gratidão à minha amada companheira, Flora Mourão, que me revelou a importância de minha própria vida e me mostrou que eu sou digna de ser amada. Seu amor é abrigo e farol, e em seus braços encontrei algo que sempre procurei.

Todos, em sua singularidade, me mostraram a beleza de existir, me deram cor aos dias cinzentos, me fazendo enxergar que em cada parte de mim há valor.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo tratar a problemática da subjetividade feminina em meio aos discursos que a atravessam e estimular a reflexão sobre a resistência. Busca-se compreender os desafios envolvidos na construção da subjetividade feminina em um ambiente hostil às mulheres, no qual a imposição do outro tende a limitá-la. A pesquisa foi conduzida por intermédio de uma estratégia exploratória, focando exclusivamente na revisão bibliográfica. O objetivo da pesquisa exploratória é investigar o problema e gerar possíveis formas de investigação. A revisão de literatura contou com a genealogia, fundamentou-se nos conceitos de Michel Foucault para compreender o sujeito, na dialética do Eu e do Outro a partir de Hegel e Sartre, na análise sobre a mulher à luz de Simone de Beauvoir, na observação das teorias psicanalíticas freudiana e lacaniana e no conceito foucaultiano de resistência. A conclusão ressaltou a urgência de abordar a conceitualização da subjetividade feminina, evidenciando como a relação com o outro, na busca pela subjetividade, impacta o encontro subjetivo feminino. Esse arcabouço teórico permitiu analisar a problemática a partir de diferentes perspectivas. Os resultados apontam para a necessidade de discutir a conceitualização e o estabelecimento da subjetividade feminina, ressaltando como a relação com o outro contribui para seu desenvolvimento. Conclui-se, assim, que é essencial criar estratégias de resistência capazes de enfrentar as dinâmicas de poder limitadoras.

Palavras-chaves: subjetividade, construção, poder, eu e o outro.

ABSTRACT

This final thesis aims to address the issue of female subjectivity amidst the discourses that shape it and stimulate reflection on resistance. The goal is to understand the challenges involved in the construction of female subjectivity in an environment hostile to women, where the imposition of the other tends to limit it. The research was conducted through an exploratory strategy, focusing exclusively on a bibliographic review. The objective of the exploratory research is to investigate the problem and generate possible ways of investigation. The literature review included genealogy and was based on Michel Foucault's concepts to understand the subject, the dialectic of the Self and the Other from Hegel and Sartre, the analysis of women through the lens of Simone de Beauvoir, the observation of Freudian and Lacanian psychoanalytic theories, and Foucault's concept of resistance. The conclusion highlighted the urgency of addressing the conceptualization of female subjectivity, showing how the relationship with the other, in the search for subjectivity, impacts the female subjective encounter. This theoretical framework allowed the analysis of the issue from different perspectives. The results indicate the need to discuss the conceptualization and establishment of female subjectivity, emphasizing how the relationship with the other contributes to its development. It is concluded, therefore, that it is essential to create resistance strategies capable of confronting limiting power dynamics.

Keywords: subjectivity, construction, power, self and the other.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	7
2.	METODOLOGIA.....	8
3.	GENEALOGIA.....	9
4.	PAUL MICHEL FOUCAULT: A GENEALOGIA E AO PODER.....	10
5.	O DISCURSO.....	14
6.	SUBJETIVIDADE E PODER.....	17
7.	SUBJETIVAÇÃO.....	20
8.	A MULHER.....	21
8.1	A POSIÇÃO DA MULHER DA PRÉ-HISTÓRIA À ANTIGUIDADE.....	25
9.	A DIALÉTICA DO EU E DO OUTRO.....	26
10.	A CASTRAÇÃO E A MULHER: ALÉM DO FALO.....	28
11.	RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO DE NOVOS DISPOSITIVOS DE SUBJETIVIDADE.....	37
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
13.	REFERÊNCIAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso, intitulado: *A Subjetividade Feminina: Entre a Dialética do Eu e do Outro, os Discursos Dominantes e a Resistência*, busca refletir sobre a construção da subjetividade feminina. Por intermédio de um estudo exploratório e hermenêutico, tem como objetivo investigar a subjetividade feminina em sua origem e a propagação dos discursos que a delimitam, que a definem e a modificam. Dessa maneira, o cerne que norteia esta pesquisa é: analisar a construção e definição do eu feminino.

A partir disso, este trabalho dedica-se a analisar as relações que permeiam a existência da mulher, o foco se dá em especial pela tensão entre a imposição do Outro e o eu feminino. O modelo social de poder, que estabelece regras e expectativa sobre os papéis sociais que a mulher deve cumprir, o qual estabelece discursos que limitam sua liberdade de ação e expressão. Nesse sentido, a mulher se vê num front o qual é desafiada a combater as imposições e a ressignificar sua identidade dentro de uma estrutura social que tende a inviabilizá-la e ou a limitá-la.

A compreensão dos processos de subjetivação feminina requer, então, um entendimento arguidor das forças culturais, sociais e políticas que modificam o eu feminino e suas interações. Para tanto, se faz necessário delinear conceitos trabalhados durante a história humana que permitam um olhar mais claro e crítico dessas dinâmicas de poder que condicionam a composição da subjetividade, indo desde os discursos familiares às expectativas sociais. Esta análise busca compreender como as relações de poder se entrelaçam com a busca da mulher por sua autonomia, a fim de alcançar, em um espaço hostil, à liberdade e validação da sua identidade.

Para tanto, este trabalho se propõe, assim, a refletir sobre as formas como o eu feminino tem se constituído, negociado e reconstruído sua identidade em resposta às exigências sociais, culturais, buscando se afirmar não apenas como sujeitos de suas próprias histórias, mas como agentes de sua autonomia e de existência plena. A relevância desta investigação reside no processo de análise nos âmbitos da filosofia e da psicologia, com o objetivo de compreender como a mulher se constrói a partir do outro, do ambiente e das relações. A psicologia, como área de conhecimento interdisciplinar, é essencial para a compreensão do sujeito em suas diversas facetas e composições. Além disso, o estudo da

mulher é de fundamental importância para a psicologia, pois permite uma análise aprofundada das especificidades de suas vivências, subjetividades e desafios históricos. Compreender a mulher em suas múltiplas dimensões contribui para o desenvolvimento de práticas e teorias que promovam uma maior equidade e reconhecimento das singularidades femininas no contexto social e psicológico.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho de conclusão de curso se deu pela pesquisa exploratória. Esta, se caracteriza por um estudo cujo objetivo é familiarizar-se com um fenômeno que deve ser investigado e observar as ferramentas que podem ser utilizadas para uma melhor averiguação e elaboração do objeto de pesquisa (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995).

Utilizada como um recurso metodológico, é um tipo de pesquisa científica que tem como objetivo proporcionar um primeiro contato com uma problemática ou fenômeno que ainda não foi amplamente estudado. Utilizada para obter uma compreensão inicial sobre determinado tema, observando aspectos que podem orientar as formas de relacionar mais profundamente (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995).

Pode utilizar-se de instrumentos como pesquisa bibliográfica, entrevistas para o desenvolvimento de hipóteses que trarão como resultado especificidade. E por fim, a prática com a coleta de dados permitindo a análise empírica (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995). No entanto, este trabalho de conclusão de curso contará análise a partir da revisão bibliográfica.

Além disso, compreender o sujeito a partir de sua interação com o ambiente exige que a ciência humana lide com os diversos discursos que abordam essa temática. Nesse contexto, existe uma ferramenta capaz de interpretar o ser humano a partir dos signos. Para compreender fenômenos relacionados ao sujeito, é fundamental recorrer ao conhecimento. Esse método é amplamente utilizado nas ciências humanas, sociais e na psicologia para explorar como as pessoas atribuem significado às suas experiências e às estruturas sociais (MANDELBAUM, 2012).

Para aplicar esse método, é essencial compreender o contexto social e histórico, o círculo hermenêutico, a fusão de horizontes e a subjetividade do intérprete. O contexto envolve a compreensão de que tanto o ambiente em que os discursos ocorrem quanto a perspectiva do intérprete influenciam a interpretação. O círculo hermenêutico, por sua vez, consiste em uma

leitura atenta e detalhada do texto escolhido, permitindo uma interação contínua entre o todo e as partes. A fusão de horizontes ocorre no encontro entre a perspectiva do intérprete e o discurso do interpretado, enriquecendo a compreensão. Por fim, a subjetividade do intérprete, longe de ser neutra, é uma parte fundamental do processo investigativo (SODRÉ, 2014). Esse método possibilita superar a literalidade, promovendo uma interpretação mais profunda e contextualizada.

A hermenêutica é fundamentada principalmente na interpretação, que ocorre a partir de um referencial teórico. No campo das ciências humanas, ela é vista como uma ferramenta para compreender e interpretar os acontecimentos humanos. Em vez de buscar algo universal, a hermenêutica valoriza o contexto dos significados, as subjetividades e as experiências. Quando utilizada como metodologia, baseia-se na interpretação e no entendimento, com o objetivo de encontrar significados em discursos e episódios, especialmente aqueles relacionados ao sujeito (SODRÉ, 2014). Nesse contexto, pretendo usá-la, articulando as contribuições de importantes autores, para compreender a constituição da subjetividade feminina.

A hermenêutica, então, surge como um método para interpretar e compreender fenômenos a partir dos conhecimentos já estabelecidos. Nesse processo, há um diálogo entre o investigador e o fenômeno a ser estudado. A proximidade entre o tema e o investigador facilita uma compreensão mais profunda. Esse diálogo revela a dinâmica entre as igualdades e desigualdades presentes na temática em questão (MANDELBAUM, 2012).

Logo, utilizando-se desses métodos irei percorrer sobre o que é a genealogia e sua importância em compreender os conceitos, a utilização dela por Michel Foucault, o qual procura entender as relações do sujeito consigo mesmo e com o meio. O discurso empregado nas relações, a subjetividade e o poder, quais são os processos de subjetivação, e um breve recorte pela dialética do eu e do outro no contexto da filosofia existencialista e idealismo alemão, por Sartre e Hegel. A mulher a partir de Simone de Beauvoir, a castração para além do falo e os dispositivos de resistência.

A deliberação por explicitar brevemente a genealogia nietzschiana fundamenta-se na relevância da análise dos conceitos na sua origem e propagação, prática que Michel Foucault considera para compreender as relações em um determinado meio. Nesse contexto, faz-se necessário explorar conceitos foucaultianos essenciais como poder, discurso e subjetividade, que não só se entrelaçam, mas também determinam posições dos sujeitos.

A partir dessa base, observa-se a relação entre a sociedade e a mulher à luz de Simone de Beauvoir, que descreve o lugar e constituição da mulher em relação ao outro masculino. Análise que endireita-se para o campo da filosofia, o qual, por intermédio de um breve recorte das perspectivas de Hegel e Sartre, examina-se a dinâmica do eu e do outro como componentes essenciais na construção da subjetividade.

Adentrando ao domínio da psicologia, as teorias psicanalíticas oferecem meios para aprofundar a compreensão da dinâmica do eu e do outro, destacando o papel estruturador do outro masculino na construção do indivíduo. Por fim, o trabalho se encaminha na exploração de possibilidade de novos dispositivos de resistência, abrindo portas para repensar as disposições de poder e subjetivação.

3. GENEALOGIA

Inicialmente, faz-se necessário compreendermos a utilização neste trabalho de autores principais, que estabeleceram a teoria, e de autores que revisaram-nas. O aprofundamento crítico ocorre quando revisam-se teorias já estabelecidas, o qual permite uma investigação detalhada e crítica, favorecendo identificar certas limitações a serem trabalhadas futuramente. Além disso, permite a incorporação de observações que surgem no decorrer do tempo, isto é, adequando a teoria ao momento em que se vive, o qual colabora para a atualização. Ademais, fortalece a interdisciplinaridade, pois ao revisar podem ser feitas novas associações com diversas áreas do conhecimento (MOREIRA, 2004).

Para traçar as relações em diversos âmbitos, Michel Foucault estabeleceu alguns conceitos ao longo da sua trajetória de trabalho. Ao interessar-se por uma historiografia inspirada em Friedrich Nietzsche, ele utiliza uma abordagem genealógica. Nesse contexto, seu objeto de análise é a história dos conceitos, ou seja, como determinadas ideias se formaram e se naturalizaram em uma sociedade específica, em um dado período de tempo, e como se estabelecem relações a partir delas. A genealogia é como se recusasse a trabalhar com as histórias universais, ou seja, aceitá-las como universais (BINOCHE, 2020).

A genealogia, como compreendida por Binoche (2022), se relaciona de maneira distinta com a história, especialmente em comparação à filosofia da história. Na genealogia, a história é vista como um elemento que influencia continuamente o processo presente, e não como algo que ainda está por se realizar. Por outro lado, a filosofia da história tende a utilizar a história para neutralizá-la, tratando-a como uma ferramenta de avaliação ou medição. Em resumo, a genealogia histórica reconhece a história como algo que permeia todas as relações e instituições, identificando, assim, a conexão entre a vontade e seu significado.

Assim, a *Genealogia da Moral*, de Friedrich Nietzsche, propõe-se como uma investigação para estabelecer as diferentes vontades humanas (BINOCHE, 2020). Em outras palavras, a genealogia distingue-se por buscar entender como essas vontades se originaram e se consolidaram, qual a finalidade de serem relegadas ao esquecimento, os porquês para sua transmissão, a origem do respeito por esses conceitos, quem determina os valores e quem os aceita. Em síntese, essa genealogia busca investigar e compreender as relações que permeiam e se desenvolvem a partir dos conceitos formados ao longo da história, exigindo uma probidade, como chamada por Nietzsche – isto é, uma retidão rigorosa com a documentação e com o método científico.

Nietzsche mantinha uma visão crítica sobre a história, considerando que os historiadores muitas vezes adotavam uma perspectiva estéril, ingênua e supersticiosa (BINOCHE, 2020). A história seria "estéril" por se apoiar em verdades tidas como absolutas, mas desprovidas de uma utilidade; "ingênua" por acreditar que, em relação ao sujeito, essas verdades permaneceriam imutáveis; e "supersticiosa" por pressupor que o sujeito não poderia promover mudanças.

Nesse sentido, o papel da genealogia nos incentiva a investigar as relações além de uma simples aceitação das tradições transmitidas ao longo do tempo, permitindo que sejam analisadas tanto em relação ao seu surgimento quanto aos seus mecanismos de manutenção. No que diz respeito ao corpo feminino, busca-se compreender as relações entre a mulher e o "outro" sem neutralizá-las ou considerá-las como inatas, exercendo um olhar crítico para que haja contestações.

4. MICHEL FOUCAULT : A GENEALOGIA E O PODER

A genealogia historiográfica de Nietzsche foi incorporada por Michel Foucault como uma ferramenta para sua compreensão e formulação dos conceitos de poder, biopoder e biopolítica. Em *História da Sexualidade I* (1999), Foucault discute uma sexualidade que é permeada pelo sexo e pelo poder, mostrando que o conceito de sexo não se limita ao ato sexual ou ao discurso dominante que o cerca. A sexualidade é entendida de forma ampla: engloba práticas, linguagens, modos de pensar e agir, todos profundamente ligados à história e à cultura. No entanto, ela é suscetível a mudanças, pois suas características podem se transformar ao longo do tempo. Assim, a sexualidade envolve discurso, ação e poder, sendo moldada pelo tempo e podendo se renovar – embora não se possa considerá-la linear ou universal.

É essencial abordar o movimento intelectual francês dos anos 1960, que emergiu de um contexto político e encontrou expressão na filosofia. Conhecido como estruturalismo, esse método busca analisar os acontecimentos para estabelecer um modelo da realidade. Vale salientar que Foucault também é considerado pós-estruturalista. Filho de seu tempo, Michel Foucault foi profundamente influenciado pelo estruturalismo (AZEVEDO, 2013). Nesse contexto, surge a noção de uma estrutura presente no discurso, na linguagem e nos textos. Para Foucault, a linguagem é compreendida como base estruturadora da relação do homem com a realidade. Nesse sentido, a análise da linguagem conduz à análise dos discursos, que surgem das relações entre saber e poder, estabelecidas pelo indivíduo consigo e com os outros. Portanto, a fim de estabelecer um modelo de realidade a partir da análise dos acontecimentos, Foucault observa uma estrutura no discurso, que liga o homem ao meio.

Destaca-se a importância de analisar fenômenos e acontecimentos dentro de seu contexto histórico. Para melhor compreender as narrativas das obras de Michel Foucault, elas podem ser divididas em três períodos: arqueológica, genealógica e ética (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). A fase arqueológica se configura na investigação do que é possível saber; a fase genealógica explora as ações que podem ser realizadas em relação a esses conhecimentos, tanto sobre si quanto sobre os outros; e a fase ética busca compreender a identidade, abordando as ações que o sujeito estabelece consigo mesmo e com os demais.

Para compreender o sujeito, Michel Foucault explorou as relações entre os conceitos de discurso, poder e subjetivação, que, apesar de conceitos independentes, se conectam (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). Esses conceitos foram formulados não apenas para entender seu significado isoladamente, mas para analisar os efeitos e as conexões que se manifestam. O conceito de poder, em particular, foi um tema recorrente em suas obras, sendo abordado inicialmente mais como um fenômeno do que como um conceito a ser definido, permitindo uma análise das diversas relações sociais.

Vale ressaltar que foi escolhido por utilizar tanto os conceitos apresentados por Michel Foucault quanto de autores que vieram posteriormente, como Hélio Rabello Cardoso, Lorena Silva Oliveira, Sara Dionizia Rodrigues de Azevedo, Isabella Maria Nunes Ferreirinha e Tânia Regina Raitz, que trazem novas interpretações e reflexões. Tais autores trouxeram novos panoramas, aprofundando e ampliando o entendimento das análises de Foucault. Dessa maneira, não só respeitamos a complexidade das análises foucaultianas, mas também exploramos como foi reinterpretado e utilizado em debates contemporâneos.

Nisto, Hélio Rebello Cardoso Júnior (2005) traz um olhar sobre as obras foucaultianas em relação a temática do sujeito, ele tenta reinterpretar as ideias de sujeito a fim de deixar mais

clara e atual:

Ora, em todo caso, estaria Foucault se desmentindo ou se retratando, ao tematizar o sujeito, o homem que ele havia então veementemente negado? Com efeito, para os críticos mais complacentes, o suposto retorno ao sujeito, a partir dos dois volumes de *História da sexualidade*, referidos, soaria como uma espécie de retratação tardia, já que enfim um certo lenitivo aliviaria a todos (CARDOSO, 2005, p. 345).

Sendo assim, fica exposto que o processo de análise contará tanto com o discurso original de Michel Foucault quanto de autores consecutivos. Foucault compreendia o poder como uma ação que se exerce sobre outra ação. Nesse contexto, a força da vida, representada pelo sujeito, passou a ser vista como uma potência que pode ser governada e direcionada para o controle (FOUCAULT, 1999). Para aprofundar a compreensão do poder, Foucault propôs um triângulo cujos os vértices representam o poder, o direito e a verdade. Isso destaca a interdependência desses elementos e sua relevância nas dinâmicas sociais.

Nesse triângulo, o filósofo vem demonstrar o poder como direito, pelas formas que a sociedade se coloca e se movimenta, ou seja, se há o rei, há também os súditos, se há leis que operam, há também os que a determinam e os que devem obediência. O poder como verdade vem se instituir, ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos dos quais se tornam vítimas pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão (FERREIRA; RAITZ, 2010, p. 3)

Além disso, as ações realizadas são fruto de uma disciplina que se manifesta tanto no âmbito familiar quanto institucional. A disciplina é uma forma visível do poder, observável nas dinâmicas entre opressor e oprimido (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). O poder disciplinar surgiu como um substituto ao poder exercido pela pastoral cristã, que envolvia o dever do pastor de sacrificar-se em prol de seus súditos, enquanto se esperava que estes também adotassem comportamentos semelhantes.

Com o tempo, segundo Foucault (1999) o poder disciplinar veio para preencher as lacunas deixadas pelo Estado, utilizando métodos que promovem a individualização e a vigilância. Essas conexões são tão estreitas que podem ser percebidas e aceitas como verdades, tornando-se desejos individuais dos sujeitos. Assim, o exercício do poder, em conjunto com a disciplina, facilita que os indivíduos aceitem como absoluto o saber apresentado por aqueles que exercem esse poder.

A tríplice proposta por Michel Foucault — poder, verdade e direito — pode ser associada ao estado, ao mercado e à sociedade (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). Essa relação evidencia como as ações de poder fluem entre esses vértices e fundamentam os princípios éticos. No que diz respeito à sociedade, o poder se manifesta através do corpo enquanto organismo, das disciplinas e das instituições, além de se refletir na população, que atua como

um meio de regulação, especialmente através do Estado.

Em relação ao corpo, é necessário empregar técnicas individuais para manipulação e docilização (FERREIRINHA E RAITZ, 2010). Por outro lado, no que se refere à população, as técnicas estão voltadas para questões biológicas, agrupando os indivíduos em massa. Dessa forma, as dinâmicas de poder se revelam tanto no nível individual quanto coletivo, moldando comportamentos e práticas sociais.

Portanto, a relação que Foucault (1999) estabelece entre o sujeito e a história revela uma íntima conexão, que contribui para que sejamos atravessados por suas raízes. Isso nos oferece a possibilidade de conhecer os materiais obtidos por uma investigação histórica ativa. Ao analisar a origem do discurso e a finalidade, podemos adquirir uma noção sobre a nossa identidade, tanto individual quanto social. Dessa forma, torna-se possível redescobrir e entender aspectos importantes da nossa existência.

5. O DISCURSO

O discurso é descrito por suas argumentações. O trabalho genealógico de Foucault abrange tanto os argumentos quanto às instâncias dos enunciados, considerando quem enuncia, de onde enunciam, quais pontos de vista são apresentados e de quais instituições originam esses discursos (FOUCAULT, 1999). É fundamental questionar: quem tem o poder do enunciado, quais são os contextos desses discursos, que perspectivas são expressas e quais instituições criam e disseminam essas narrativas. Foucault examina a sexualidade, analisando as instâncias de produção discursiva. Ele também destaca as redes de relações de poder, que não apenas fomentam os discursos, mas também impõem limitações a eles. Além disso, aborda a produção de conhecimento, que permite a circulação de erros e lacunas no entendimento.

Em *História da Sexualidade I* (1999), Foucault examina a influência da pastoral cristã, que destacou a prática da confissão como um elemento central nos discursos sobre a sexualidade. Esse ato não apenas promoveu o autopolicamento dos indivíduos, mas também transformou o sexo em um tema de intensa discricção, visto como um caminho para a verdade pessoal e a purificação. O que era uma preocupação individual passou a ser um interesse público; como Foucault aponta, a sexualidade se torna uma questão de política e gestão.

É fundamental considerar que, longe de haver apenas um silêncio em torno do sexo, existe uma multiplicidade de silêncios. Assim, é crucial investigar quais são os efeitos desses silêncios e das falas que emergem nesse contexto (FOUCAULT, 1999). Como essas vozes se

organizam e quais narrativas se desenrolam a partir delas . Esse questionamento possibilita uma análise mais rica e abrangente das complexas relações entre poder, saber e sexualidade.

O saber é um componente fundamental do discurso, representando a expressão do sujeito sobre um determinado tema. É nesse processo que surgem conceitos e enunciados, que se definem, aplicam e modificam ao longo do tempo. Nesse contexto, Michel Foucault argumenta que a verdade e o conhecimento são construções essencialmente históricas, passíveis de observação e compreensão (AZEVEDO, 2013). Como estruturalista, Foucault analisa a linguagem e, por consequência, os discursos, como expressões das relações entre saber e poder. Essa perspectiva revela como o conhecimento não é neutro, mas imerso em dinâmicas de controle e influência.

Analisar os discursos a partir de uma ótica genealógica, é investigar a origem e propagação sem desprender sua rede de conexão (AZEVEDO, 2013). Sintetizando, é analisar os discursos em sua utilização em determinado tempo, os objetos e objetivos que ele carrega. Sendo retratos a partir de um referencial temporal que devem ser observados e levados em consideração na análise.

Outrossim, a linguagem é um objeto de suma importância e não pode ser entendida como dissociada do homem (AZEVEDO, 2013). Como ferramenta de um discurso, é tida como importante meio de análise para verificar o que se tinha como objetivo de comunicar, os conhecimentos que deveriam ser passados e as práticas sociais. Nisto, como totalmente envoltas num contexto histórico, um assunto é totalmente envolto por seu contexto social. Assim, algo somente é falado porque o tempo o permite, não possuindo uma verdade ou razão inata, mas uma história e tempo que o permite ser. Sendo a linguagem, uma ferramenta que o indivíduo encontra para situar-se e compreender o mundo ao seu redor, dando sentido e funcionalidade às suas percepções.

A formação do discurso se dá pela ordem, correlação, funcionamento e transformação (AZEVEDO; 2013). O discurso é configurado como um conjunto de enunciados, mas que não se resumem e se reduzem aos objetos linguísticos, mas mais a uma formação discursiva, o qual seria: “Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1960, p. 43 apud AZEVEDO, 2013, p. 156).

O discurso não é apenas um arranjo de palavras, mas contém um pensamento. Essa relação entre a linguagem e o pensamento acarreta os significantes (AZEVEDO, 2013). Isto significa que o discurso é uma prática que liga os enunciados a ações, ou seja, as práticas

discursivas funcionam como uma ligação entre o discurso e ações. Dessa maneira, envolvendo tanto a criação quanto sua utilização e utilidade, estabelecendo funções e ações em determinado tempo.

Ao discorrer sobre o discurso observa-se uma quebra entre as palavras e as coisas. Tal ruptura resulta num embate entre a realidade e a linguagem (AZEVEDO, 2013). O discurso diz sobre um determinado objeto, dando seu significado e valor dentro de um contexto. Portanto, ao nascer, o sujeito já tem um significado a partir dos discursos vigentes.

Além disso, os discursos analisados por Michel Foucault refletem como a sociedade funciona, os discursos das epistemes. A descrição dessas ciências dão espaços para a existência de outras, abrindo caminhos para novos entendimentos e transformações (AZEVEDO, 2013). Nisto, falar do indivíduo dá base para investigar várias relações que ele está situado .

Logo, podemos compreender que o discurso está associado intimamente ao momento histórico, utilizando-se da linguagem em conjunto a hábitos sociais, portanto, sendo mutáveis. A possibilidade dessa mobilidade abre espaço para as lutas políticas e sociais podendo ser utilizado como ferramenta de combate. Em relação aos discursos sobre a mulher, analisar os discursos fornece ferramentas para entendermos como os discursos e as práticas sociais determinam e constituem sobre os processos de subjetivação feminina. Além disso, como resistência a fim de reconfigurar os discursos que as definem, e as posições ocupadas por e

6. SUBJETIVIDADE E PODER

No decorrer de suas análises sobre poder e saber, Michel Foucault se deparou com questionamentos da origem da construção do sujeito (CARDOSO, 2005). Entende-se então que a sexualidade seria um dos vários modos de nos encontrarmos como sujeitos.

A subjetividade é trabalhada por Michel Foucault não como algo natural ou inato. Não sendo algo essencial ou próprio, mas como produto moldado por diversos processos históricos, discursivos e sociais (CARDOSO, 2005). Isto é, o indivíduo não é configurado como algo estável ou contido de alguma essência, mas sim como resultante de diversas práticas sociais e de relações de poder, podendo ser observados pela sociedade e auto observados, ou seja, relações de poder que operam tanto externamente como internamente. Ao contrário de um ideal de liberdade, a subjetividade é formada dentro de um âmbito social em que forças sociais e políticas que denominam quem podemos ser, quem seremos e como devemos agir e até como será possível nos compreendermos como sujeitos. Nisto, as relações

de poder são cruciais para o entendimento de subjetividade, haja vista que não apenas atuante como condições externas, mas tão internas como estruturadoras da subjetividade.

A constituição da subjetividade se dá a partir de um complexo cruzamento das instituições e práticas, como a prisão, a escola, o hospital e a família, tais que não somente regulam as ações, mas produzem formas particulares de comportamentos configurando o modo de ser (CARDOSO, 2005). Logo, os processos de subjetivação não é algo que o sujeito adquire de forma natural e autônoma, mas sim a partir da imersão nas relações de poder que perpassam na sociedade.

No âmago das sociedades modernas, Foucault compreende um poder que recai sobre a vida humana, não apenas reprimindo ou limitando, porém administrando-a e regulando-a denominado: biopoder (FOUCAULT, 1999). O biopoder se caracteriza por uma forma de poder que se dedica a administrar tanto os indivíduos quanto as massas, não limitando-se somente ao controle individual, mas também na gestão da sociedade, o qual utiliza-se de maneiras de monitorar e regulamentar a saúde, educação, reprodução e o comportamento. Logo, o biopoder é, então, um poder que intervém nos espaços mais íntimos, agindo de forma reguladora e formativa sobre o corpo e o meio social. A biopolítica aparece interligada ao conceito de biopoder, o qual surge como ferramenta do Estado a fim de exercer controle sobre a vida, os corpos e a população,

Conceito que se delineia na segunda metade do século XVII, aparecendo primeiro na obra *Em defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 2012) e posteriormente no primeiro volume da *História da Sexualidade I* (FOUCAULT, 1999). Marca uma mudança de paradigma na forma como o poder se estabelece, o que ao invés de restringir de maneira direta com base na repressão, articula-se na gestão e otimização da vida. Assim, não apenas estabelecendo um domínio sobre os corpos, mas concomitantemente as existências e subjetividade.

Foucault (1999) traça o caminho desse poder desde a Idade Média, quando o rei comandava a vida e a morte. Na Idade Média (476 a 1453), durante a extensão desse período, o soberano era responsável por decidir quem iria viver e quem iria morrer, configurando uma maneira de poder direta e violenta. Posteriormente, uma forma mais moderna tomou espaço, houve o aparecimento de um cuidado dos indivíduos. É a partir do século XVII que o Estado passa a se atentar ao bem estar das pessoas, utilizando-se de censos e regulamentos voltados para a saúde, educação, entre outros, utilizando-se de maneiras sutis e difusas para governar. Em síntese, é a partir do século XVII que o Estado adota uma maneira mais delicada e difusa de governar.

Nesta nova conjuntura de poder, o Estado passa a se atentar a saúde, educação e

organização da sociedade, o qual utiliza-se de ferramentas como censos, normas e regulamentos para normalizar a vida (FOUCAULT, 1999). Ao contrário daquele poder absoluto e visível, o biopoder se instaura por intermédio de técnicas e instituições que normalizam os comportamentos e modos de viver, constituindo uma maneira de administração que se imprime nos campos mais individuais dos seres humanos. A grosso modo, o biopoder é um método de poder que visa normalizar e racionalizar a vida dispensando a consciência dos sujeitos, utilizando-se de ferramentas sutis como a vigilância, classificação e intervenção.

Tendo em conta que o biopoder é um método de poder que busca normatizar e racionalizar a vida, sem contar com a aceitação e consciência dos sujeitos (FOUCAULT, 1999). Utiliza-se de maneiras discretas de modo que não se observe a modulação e disciplinarização dos corpos. Essa delicadeza de ação se entranha nas práticas e organizações da sociedade, adquirindo uma normalização que é concomitantemente totalizante e dissimulada.

Pode-se inferir que a ligação entre processos de subjetivação e biopoder transcende as leis, impondo ideais que modificam a forma de pensar das pessoas. De modo que, a normatização, disciplina, utilidade e governamentalidade são ferramentas úteis para influenciar o sujeito (FOUCAULT, 1999). A normatização se dá pelas normas que o biopoder estabelece em todas instâncias da vida humana, como a educação, saúde e família, o qual sugestiona através de padrões como devem se comportar a fim de alcançar uma certa normalidade em polarização a anormalidade.

O conceito de disciplina também é trabalhado em *História da Sexualidade I* (1999) por Michel Foucault, o qual a disciplina está relacionada no controle da sociedade para com o indivíduo. Esse controle se estende do indivíduo para consigo mesmo, por intermédio da auto regulação. Tal técnica resulta numa construção de subjetividade associada à conformidade e atenta às normas impostas pela sociedade, internalizando a sua autoformação ao querer de uma norma.

A utilidade, intrínseca ao capitalismo, requer o ajustamento das pessoas às normas de trabalho, consumo e moralidade. Nesse contexto, as características que são percebidas como úteis são fortalecidas, já as características que fogem das normas são relegadas ao banimento. Paralelamente, a governamentalidade configura a forma mais delicada de poder, que se fundamenta a partir do ideal de bem-estar, com cuidados com a convivência social, saúde e educação (OLIVEIRA, 2019). Nessa ferramenta, o indivíduo é responsável por obter esse bem-estar, adotando o ideal de que deve cuidar de si de acordo com as exigências sociais.

Logo, através do biopoder a subjetividade vai se constituindo por meio de normas e regras. No que se refere à mulher, e utilizando-se dos conceitos supracitados, pode-se inferir que

a regulação da reprodução, da sexualidade e da estética são amplamente influenciadas pelas imposições. Justamente porque o corpo feminino torna-se um objeto alvo de regulação, na sexualidade em regulamentar o padrão heteronormativo, na reprodução em incutir a mulher o papel de propagação da espécie. Um exemplo que Michel Foucault traz em sua obra *História da Sexualidade I* (1999) é a confissão do sexo perante a pastoral cristã, e posteriormente em, em *História da Sexualidade III* (2007), Foucault explicita uma desconfiança a respeito dos prazeres e seu desencadeamento sobre a alma e o corpo.

A confissão proposta pela pastoral cristã tem a finalidade de gestão em relação ao sexo. Posteriormente, há uma ênfase e valorização do conjugal em contrapartida uma desvalorização dos significados que transcendem o matrimônio (FOUCAULT, 2007). Ou seja, o prazer estaria restrito ao âmbito conjugal, evidenciando a gestão da sexualidade e designando o espaço em que ela deve ocorrer.

Ao longo de sua análise sobre a ética do cuidado de si, Michel Foucault (2007), destaca como a moral modifica o sujeito, impondo padrões e conceitos por intermédio das relações culturais e sociais. Em *História da Sexualidade III* (2007), Foucault explora a dinâmica do casamento na Grécia e Roma Antiga, o qual o casamento não dependia do poder público. No entanto, com o passar do tempo o “contrato” foi sendo incorporado ao âmbito público da sociedade. Com a migração do matrimônio para o domínio público e das mudanças políticas, os prazeres, antes ligados ao domínio de si próprio e da sua casa, tornam-se alvos de alterações.

Ocorre, então, uma monopolização do prazer ao ramo matrimonial, não que não houvesse relações fora do casamento, no entanto, o prazer estaria intimamente associação ao conjugal, isto por intermédio de três pontos: o princípio monopolístico, a exigência de des-hedonização e a finalidade procriadora (FOUCAULT, 2007).

Desse modo, a relação entre os processos de subjetivação e a mulher pode ser compreendida por múltiplas perspectivas. A subjetividade é definida como construída por intermédio das práticas sociais, dos discursos, dos poderes e das instituições. O poder, não apenas repressivo, mas também produtor, modela a constituição do sujeito por meio de diversas práticas. Historicamente, o corpo feminino foi sujeito a diversas normas que regulam e constituem ações, como a sexualidade, o matrimônio e a maternidade. Tais normas se tornam tão internalizadas que, para serem aceitas e respeitadas numa sociedade, acabam se conformando com ela.

A microfísica do poder exercida sobre as mulheres ocorre de maneira difusa, ultrapassando estruturas hierarquizadas e se estabelecendo até mesmo nas práticas cotidianas e nas interações com o outro. Esse poder caracteriza uma vigilância sobre o corpo feminino,

que não somente pertence a grandes instituições, mas está presente em diversos níveis.

7. SUBJETIVAÇÃO

A subjetivação refere-se ao modo como nos tornamos sujeitos a partir dos processos históricos e da prática com nós mesmos (CARDOSO, 2005). Em outras palavras, é como se o sujeito na procura da sua singularidade se construísse a partir de um todo. Nesse processo, o sujeito em sua singularidade se confronta com discursos e saberes lutando para resistir.

Assim, a subjetivação é o processo vivo que obtém como resultado um sujeito, envolvendo uma integração com os dispositivos de poder e práticas de si (CARDOSO, 2005). Neste enquadramento, os dispositivos de poder podem ser compreendidos como práticas, instituições e os discursos que essas práticas instituem. Por outro lado, o saber é o discurso que circula num determinado meio, sendo utilizado como ferramenta a fim de compreender a si e aos demais. Por fim, a prática de si refere-se às ações realizadas a fim de nos modificarmos e resistirmos.

Ao repensar sobre subjetividade e subjetivação, podemos nomear a subjetividade como um modo de vida (CARDOSO, 2005). Nessa perspectiva, a subjetividade está intimamente associada ao tempo porque pode ser compreendida como nós, sendo quem somos e como nos relacionamos com o mundo.

Outro conceito importante apresentado é o de corpo como forma de adaptação, potência de adaptação e transformação contida neste corpo, denominada prazer (CARDOSO, 2005). Essa força seria responsável por: “Testemunha por forças de resistência de vida” (Foucault, 1985. p 190). No fundo, é como se Foucault nos segredasse: perceba essa violência, essa artimanha, essa crueldade meticulosamente urdida...bem, apesar disso, se pode ir adiante, algo resiste por nós” (CARDOSO, 2005, p. 5).

Assim sendo, concluo que o corpo transformacional, em sua potência, é alvo pelos diversos mecanismos de poder, com propósito de controlá-los e discipliná-los. Neste conjunto de circunstâncias, podemos inferir que os processos de subjetivação não são fixos; eles se modificam ao longo do tempo, conforme os discursos e saberes se alteram. Contudo, a força transformacional deste corpo traz, em sua tessitura, a resistência.

Em respeito à mulher, os processos de subjetivação, como as normas e regras de gênero, moldam a percepção sobre o significado do que é ser homem ou mulher, além de influenciar a percepção sobre nós mesmos. Nisto, a importância em compreendermos os processos de subjetivação resulta na possibilidade de desnaturalizar construções sociais, a fim

de incitar a transformação.

8. A MULHER

Simone de Beauvoir, escritora e filósofa francesa pode ser considerada como um exemplo de resistência ao despertar reflexões sobre a estrutura de poder que definiam a mulher e seu papel na sociedade. Sua obra, *O Segundo Sexo* (1970) traz uma análise crítica, o qual descontrola o ideal da definição a partir da biologia ou naturalidade para determinamos papéis. Por outro lado, propõe a mulher como uma construção dada pela cultura, pelo social e pelo outro.

No livro *O Segundo Sexo* (1970), Simone de Beauvoir aborda a busca por definir o que é a mulher, concluindo que essa identidade não é algo inato ao sujeito feminino, mas a partir de uma construção. Nesse contexto, compreender homens e mulheres como seres humanos é fundamental, porém essa visão ampla muitas vezes carece de singularidade para abarcar a realidade vivida. É justamente a partir dessa necessidade de especificidade que surge a indagação: o que é ser mulher?

Em primeiro lugar, é evidente como o sexo masculino é frequentemente colocado em uma posição de primazia e neutralidade na sociedade. Simone de Beauvoir ressalta que, ao se apresentar, um homem não sente a necessidade de mencionar seu gênero, dizendo, por exemplo: “Sou João e sou um homem”. Isso ocorre porque o masculino é culturalmente visto como positivo, universal e absoluto, uma referência irrevogável (BEAUVOIR, 1970). Além disso, observa-se que, de maneira geral, a humanidade é comumente classificada sob o termo “homem”, englobando tanto homens quanto mulheres.

A mulher, segundo Beauvoir (1970), historicamente, foi reduzida a uma definição baseada em sua biologia, classificada a partir de seus órgãos como os ovários e o útero. Essa visão limita sua subjetividade e singularidade a uma função estritamente biológica. Logo em seguida, a mulher passou a ser concebida como um ser marcado por uma suposta falta, ideia defendida por Aristóteles, um dos maiores filósofos da Grécia Antiga. Posteriormente, São Tomás de Aquino reforçou essa perspectiva, descrevendo a mulher como um sujeito incompleto.

Seja no período da filosofia Antiga ou Medieval, as concepções sobre a mulher permaneceram ligadas a essa noção de carência em relação ao homem. Até mesmo a narrativa cristã sobre a criação feminina reflete essa dependência: a mulher é descrita como originada a partir do homem, formada a partir da costela de Adão. Enquanto o homem é imaginado como

autônomo e independente, a mulher é compreendida apenas em relação ao homem, perpetuando uma visão de desigualdade e subordinação. “Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o “sexo” para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é o sexo, logo ela é o absolutamente” (BEAUVOIR, 1970, p. 10)

Assim, a mulher é definida não em si mesma, mas em relação ao homem, aquele que detém a voz, o poder e o discurso que organiza o mundo. Ela é lançada à condição de "outro", um conceito que transcende meramente a diferença e assume uma posição de alteridade radical. Esse "outro" configura-se em uma dualidade arquetípica que permeia o pensamento humano desde os primórdios: o bem e o mal, a luz e a escuridão, a lua e o sol, Deus e o diabo (BEAUVOIR, 1970).

Simone de Beauvoir (1970), apoiando-se nas reflexões de Lévi-Strauss, revela que a passagem do estado natural ao cultural trouxe consigo a codificação de distinções biológicas como símbolos de separação. Essa divisão estruturante inaugura a lógica dos “iguais” e dos “outros”, na qual o homem se afirma como o padrão universal e absoluto, enquanto a mulher é relegada ao domínio do periférico, do estranho e do contingente. Assim, a alteridade feminina não é apenas uma diferença, mas uma ausência forçada, uma posição que espelha o lugar do silêncio no grande diálogo da humanidade.

Simone de Beauvoir (1970) relata a não existência de um sentimento de coletividade nas mulheres, a fim de torná-las sujeitos. Relata até a condição especial das mulheres em comparação aos judeus que viviam em guetos, e se questiona qual o lugar específico dessa mulher. Nisto, conclui que seu lugar está espalhado perante aos homens, onde o pai e o marido a colocam. Além disso, relata que os laços de opressão com o homem não se comparam a nenhum outro modo de opressão.

Acrescenta-se a ideia de casamento, no qual a mulher é vista como um outro, em conjunto ao seu marido. Nesta totalidade de união, configura a mulher como o Outro, mas que tem sua necessidade nessa relação, ou seja, um depende do outro. Podemos associar aos ideais de Hegel que serão demonstrados posteriormente. Para Simone de Beauvoir, nesta relação: “Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado handicap” (BEAUVOIR, 1970, p. 15).

O handicap trazido do inglês para o português é tido como uma deficiência, num contexto de jogo é configurado como uma desigualdade, o qual pode ocorrer uma desvantagem ou vantagem de determinado jogador. Simone (1970) utiliza-se desse termo para

demonstrar as desvantagens enfrentadas pela mulher, por exemplo, no campo financeiro onde os homens recebem um salário maior e ocupam cargos de maior prestígio.

Além desses poderes visíveis, os homens possuem um prestígio que foi reforçado ao longo do tempo pela tradição (BEAUVOIR, 1970). Tradição que é mantida pela educação, o qual colabora com que o presente continue refletindo o passado. Haja vista que no passado, foram os homens que dominaram e escreveram a história. Nisto, mesmo que as mulheres tomem parte desse mundo, ele ainda continua sendo masculino, logo, Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1970) levanta as poucas indagações das mulheres para tais condições.

Nisto, ao analisar as poucas indagações Simone (1970) trabalha o lugar vivido pela mulher, o qual ao rejeitar a cumplicidade com os homens ela irá abrir mão dos benefícios que essa aliança com a casta dominante oferece. O homem, como senhor, dá à mulher proteção material, o qual passa ocupar o papel de subordinada, e que também dá sentido à sua existência. Nisto, para evitar o risco financeiro dessa ruptura, ela pode optar por não rompê-lo, mas tem como saldo negativo a perda da liberdade.

A posição de subordinação destinada à mulher não é um desejo natural ou universal. É analisada como podendo ser aceita ou desejada por algumas mulheres devido às condições históricas, sociais e culturais. No contexto de *O Segundo Sexo* (1970), Beauvoir nos infere a refletir que muitas mulheres aceitam a subordinação pelo oferecimento de certa proteção. Quando a mulher se conforma com os papéis tradicionais impostos pela sociedade, ela evita os riscos e desafios de uma liberdade plena, tendo responsabilidade para si de se construir em identidade e vida sem a ajuda direta do homem ou da sociedade patriarcal.

No entanto, a aceitação da subordinação não é algo inato ou natural, e sim resultante de séculos de opressão, de um modelo que ensina a verem a posição de subordinação como cômoda e irrevogável. Nisto, para superar, as mulheres precisam conquistar, embora com diversos desafios e incertezas, sua liberdade.

Simone de Beauvoir (1970) questiona a origem do conflito entre os sexos masculino e feminino e sugere que, desde que os homens começaram a possuir o poder do discurso da história, é preciso desconfiar dessa narrativa. Para dar luz a sua argumentação, recorre às ideias do pouco conhecido feminista Poulain de la Barre, do século XVIII. É observado que ao longo da história, a religião, filosofia e as leis sempre favoreceram aos homens, uma vez que foram eles responsáveis pela criação e perpetuação de tais mecanismos.

Simone (1970) explicita que mesmo numa diferença respaldada por dizeres de que somos todos iguais, na prática as mulheres são mantidas em posição inferiores, sendo forçadas a se confirmarem com papéis restritivos. É neste contexto, que “comentários bondosos” se

referem a elogios ou manifestações de aceitação, mas restritos a um tipo específico de mulher idealizada. Essa, descrita como pura, submissa e dedicada a casa e ao marido. Os elogios e o respeito que ela recebe estão intimamente relacionados à aceitação e ao reconhecimento do seu lugar, isto é, sua posição secundária ao homem.

Outro fator importante trabalhado por Simone de Beauvoir em *O segundo Sexo* (1970) é a biologia. É conceitualizado a contribuição dessa ciência para ideais sobre as diferenças sexuais entre as mulheres e os homens. Inicia-se revelando as diferenças biológicas como cromossomos sexuais e órgãos de reprodução, no entanto, tais diferenças não devem ser utilizadas como justificativa para as desigualdades. Critica veementemente a interpretação essencialista, o qual prevê que as diferenças biológicas dos sexos determinam os papéis sociais e de comportamento. Desmistificando a subordinação da mulher como uma consequência natural e sim como uma construção social.

Um aspecto essencial que trabalha a biologia e a exclusão é nas esferas públicas e de poder. As funções reprodutivas femininas como gravidez e amamentação são amplamente utilizadas para justificar a exclusão de mulheres em muitos campos públicos e de poder, por outro lado os homens não possuindo essas características biológicas são mais associados a atividades políticas e sociais (BEAUVOIR, 1970).

Simone de Beauvoir, torna-se uma figura de resistência feminista, por desafiar a posição que a mulher ocupava, refletindo sobre um novo modelo que envolvia a liberdade e a busca por autonomia, indo em desacordo com os discursos dominantes que predominantemente colocava-a em lugar de passividade e submissão. Contrariando a estrutura patriarcal e a moralidade tradicional, propõe uma visão de reflexão e complexidade da experiência feminina.

8.1 A posição da mulher da pré- história à Antiguidade.

O fio que conduz a obra de Simone de Beauvoir é compreender em que momento houve a divisão dos sexos, qual o momento que o homem se sobrepôs à mulher. Em suma, busca revelar o momento de origem da superioridade masculina na sociedade e a subordinação do outro. Utiliza-se de uma filosofia própria, o existencialismo (CARDOSO; JUNIOR, 2021).

Na datação pré-histórica, os homens eram incumbidos de procurar alimento enquanto as mulheres ficavam nas cavernas. Enquanto os homens tinham a tarefa de procurar alimentos, as mulheres ficavam encarregadas de funções igualmente produtivas como os cuidados com o jardim, produção de vasilhas e cuidado dos filhos (CARDOSO; JUNIOR, 2021).

Já na Grécia Antiga, como trabalhado por Cardoso e Junior (2021), a análise sobre a

mulher foi associada a deusas, por intermédio dos mitos. No entanto, o respeito estava associado ao fator reprodutor que elas obtinham por propagar e cuidar da espécie. Já na Idade Média, continuavam a cuidar do lar e da prole, no entanto ao usarem algumas ervas para fins medicinais foram acusadas de bruxaria e destinadas à fogueira. Neste recorte da história, podemos observar que a mulher não teve tempo hábil para definir-se, justamente porque estava ocupada com as tarefas que foram impostas.

O existencialismo é uma corrente filosófica que trabalha a liberdade do indivíduo, a escolha e as responsabilidades, Simone utiliza-se do existencialismo em conjunto a questão dos sexos. Sua tentativa é dar visibilidade à existência da mulher não baseada no masculino. Entende-se que não há uma pré-determinação do sujeito, utilizando-se da experiência vivida, dos fatores sociais e culturais como modeladores (CARDOSO; JUNIOR, 2021). Nisto, podemos inferir que a sociedade, as experiências individuais e culturais moldam o sujeito. No que concerne às mulheres, elas são o que são devido a sociedade patriarcal. Contribuindo para que o sexo feminino e suas atribuições, num determinado contexto, sejam criadas e destinadas a partir do seu sexo.

Os mitos são narrativas que tem como objetivo tapar lacunas não bem desenvolvidas em significado, nisto, muitos mitos foram criados para explicar e limitar a existência da mulher. Mitos, os quais foram propagados a fim de se explicar sobre a estética da mulher, como devem ser tratadas e como devem se comportar. Os mais conhecidos a respeito do feminino são Eva e Lilith. Eva como pecadora e Lilith como propagadora de pestes e doenças (CARDOSO; JUNIOR, 2021).

Portanto, a partir das análises feitas por Simone de Beauvoir (1970) podemos inferir que a mulher se constituiu ao longo da história a partir de imposições dos discursos dominantes. Ora destinada a atividades no lar, ora destinada aos cuidados dos filhos, não tendo tempo hábil para se constituir.

9. A DIALÉTICA DO EU E DO OUTRO

Hegel e Sartre percebem o sujeito a partir do seu reconhecimento sobre o outro, o qual estabelece uma dialética que o homem define-se a partir da alteridade (BAVARESCO; IBER, 2022). Num contexto de sociedade patriarcal, o outro é essencialmente projetado como o sujeito masculino, o que por outro lado, a mulher é atribuída a um outro subordinado.

Hegel coloca em seus estudos a relação entre o escravo e o senhor, o qual a tomada de consciência é essencial para a construção do eu. Nesta linha de pensamento filosófico, é descrito o caminho que o espírito percorre desde a experiência sensível e individual até uma autoconsciência que seria a razão e por conseguinte a liberdade (BAVARESCO; IBER, 2022).

Nesta conjuntura, torna-se essencial o reconhecimento entre os sujeitos, o qual em mutualidade acarreta num desenvolvimento de uma consciência plena e do eu, ou seja, a mulher torna-se consciente de si mesma por intermédio do reconhecimento do outro. No exemplo utilizado por Hegel, do escravo e do senhor, há o simbolismo da luta e a interdependência para conseguir a liberdade.

A interdependência ocorre porque os dois dependem um do outro para conseguir a autossuficiência e o reconhecimento (BAVARESCO; IBER, 2022). Ou seja, o senhor de engenho depende do escravo para validar seu poder, caso contrário sua posição seria sem sentido sem o reconhecimento do outro. Por outro lado, embora o escravo encontra-se em posição de submissão, ao trabalhar e modificar o mundo desenvolve uma percepção maior de si mesmo e da realidade. Nesta conjuntura, embora em posição de submissão, ele conseguiria alcançar uma liberdade, pois sua ação e reflexão o tornam mais autônomo do que o senhor.

Isto é, torna-se mais autônomo que o opressor porque ao trabalhar e conseguir transformar aquela realidade, desenvolve-se uma consciência prática e uma capacidade de refletir sobre suas ações. Já o senhor, depende da transformação trazida pelo escravo e, por não ter a necessidade de se empenhar diretamente com a realidade de forma a produzir algo, acaba sendo mais limitado e dependente (BAVARESCO; IBER, 2022). Logo, Hegel diz que embora em posição de submissão o sujeito pode alcançar uma forma de liberdade e consciência que aquele que está parado em sua posição de poder não alcança.

Associado à mulher, a relação de senhor e escravo de Hegel pode ser observada na dinâmica de dominação e subordinação. O patriarcado coloca a mulher numa relação subordinada ao homem (o senhor), mas, assim como o escravo, que, ao transformar a realidade, consegue desenvolver uma consciência maior, a mulher, ao se relacionar com o mundo e desafiar as normas patriarcais, pode adquirir autonomia e consciência de si, apesar da opressão. Essa transformação da mulher reflete uma liberdade que o homem, preso à sua posição dominante, não pode obter. É evidente que essa jornada implica uma superação das limitações impostas pelo patriarcado, revelando um paradoxo: a mulher, em sua posição de subordinação, é capaz de alcançar maior autoconsciência e autonomia do que o próprio opressor.

Já na elaboração teórica de Sartre, explora-se a relação entre o para-si e para-outro. O para si seria caracterizado como o ser consciente, tal consciência se dá pelo sujeito que tem consciência de si mesmo e da sua existência, sendo possível refletir e se auto analisar. O ser consciente não é inato, mas sim criado por suas ações. Além disso, o para-si não é algo imutável, podendo ser alterado a partir de suas escolhas e a partir disto criando sua própria

identidade. Portanto, o para-si seria o ser que tem a possibilidade de refletir. Por outro lado, o para-outro seria como o indivíduo percebe a si através do outro, surge quando percebe-se a si mesmo como objeto no olhar do outro (SILVA, 2014). Essa dinâmica é caracterizada por opressão e liberdade, opressão porque se é limitado como objeto, e liberdade pela possibilidade de se reconhecer através do outro. Em suma, a tensão entre para-si e para-outro traz uma visão de como a identidade e liberdade do sujeito estão intimamente ligadas às relações sociais e análise de si mesmo.

Jean-Paul Sartre criticou Georg Wilhelm Friedrich Hegel, especialmente em relação às questões da filosofia da subjetividade e da liberdade. Para Hegel, a liberdade é algo coletivo, enquanto para Sartre ela é vista como uma conquista individual. Embora as concepções de liberdade de ambos sejam opostas, o ponto de reflexão comum está na relação do "si" com o "outro". Hegel acreditava que a liberdade seria alcançada dentro de um contexto coletivo e dialético, enquanto Sartre via a liberdade como um processo marcado pelo conflito. Em ambos os casos, a consciência de si se dá pela interação com o outro, embora, para Hegel, de forma dialética, e para Sartre, de maneira conflitiva. A escolha por trabalhar com essas duas perspectivas filosóficas se deve justamente à dinâmica entre o "si" e o "outro".

Numa análise relacional a mulher, o para-si dá a possibilidade de reflexão. No entanto, apesar de teoricamente ter a possibilidade de fazer escolhas, analisar sua identidade e projetar-se para o futuro, sua liberdade e consciência sobre si mesma, em grande parte, são limitadas pela maneira como a sociedade a define e a controla.

A relação entre o patriarcado e o para-outro se dá na concepção do outro. O outro é a percepção que os sujeitos possuem da mulher, isto é, ela está determinada por normas sociais e expectativas rígidas. Este outro é, na maioria, o homem e a sociedade, que observa a mulher através de um olhar objetificador, reduzindo-a a papéis como mãe, esposa ou objeto sexual. Olhar que caracteriza uma dinâmica de dominação, o qual a mulher não se vê como um sujeito autônomo em seus desejos.

10. A CASTRAÇÃO E A MULHER: PARA ALÉM DO FALO

Silvia Maria Abu-Jamra Zornig (2008) oferece uma leitura de Sigmund Freud que inaugura um novo olhar sobre a infância, ao propor uma sexualidade que não se inicia na adolescência, mas sim nos primeiros anos da infância. Neste trajeto, a criança é compreendida como um sujeito de conflitos e desejos, abdicando da concepção de pureza e angelicalidade. A partir do nascimento, a criança busca por prazer a partir do seu corpo, como a boca, o ânus e

posteriormente aos órgãos genitais. Intitulado como polimorfismo perverso, é essencial para o desenvolvimento psicosssexual.

No decorrer da infância, o sujeito percorre por diferentes fases, cada uma marcada por zona erógena característica. Fases conhecidas como oral, anal, fálica e genital. Assim, para se alcançar a manifestação plena sexualidade é necessário um percurso que se inicia no nascimento, o qual manifesta seu sexo (ZORNIG, 2008). Cada fase que o sujeito perpassa tem sua essencialidade para a construção da formação de si.

Diferente da abordagem naturalista do século XIX, que acreditava na sexualidade como um instinto biológico visando a propagação da espécie, é proposto pelo psicanalista uma constituição para além desses discursos, não se limitando à biologia. Naquele contexto, o instinto era caracterizado como uma ação pré determinada com um objetivo claro; a reprodução. No entanto, na ótica freudiana sobre a sexualidade, a busca pelo prazer pode se dar por diversos meios em acordo com a subjetividade do sujeito. Logo, se a sexualidade tem sua partida no nascimento e descoberta do sexo, sua construção é dada pelo percursos existencial do sujeito. A sexualidade se inicia na infância e se desenvolve ao longo de fases, em conjunto a experiências individuais além dos conflitos do inconsciente. Além disso, haveria uma energia psíquica ligada aos desejos, a libido (ZORNIG, 2008). Assim, a sexualidade não pode ser caracterizada apenas pelo ato do coito e sua função de reprodução, mas também relacionada ao aparelho psíquico.

Quando o bebê deseja a mãe para alimentá-lo tem sua libido direcionada a um objeto, embora, mesmo destinada a um objeto a obtenção do prazer é obtida pelo seu corpo. Por outro lado, quando a criança fantasia o seio, para obter satisfação por meio da amamentação, e começa a sugar o próprio dedo é caracterizado pelo auto-erotismo. A construção do sujeito se dá pela interação com o meio, início que se estabelece primordialmente pelo bebê com as sensações e o meio (ZORNIG, 2008).

Além disso, Silvia Maria Abu-Jamra Zornig (2008) relata que, no processo de amamentação, o bebê obtém a satisfação em ser alimentado e também por meio de recursos emocionais. O contato com aquele que exerce o papel materno proporciona a satisfação pelo toque, pelo carinho e pela fala. Neste relacionamento, tanto o bebê quanto a mãe são afetados pelos afetos trocados, caracterizando uma relação afetiva e sexual. O termo sexual compele o vínculo da mãe em cuidar do bebê que também erotiza o corpo deste, erotizado por passar da condição de apenas um corpo para um corpo que ocupa um lugar simbólico, investido de afetos. Esse lugar simbólico é o que define o bebê e o coloca numa posição dentro da estrutura familiar.

O corpo simbólico é aquilo além da condição biológica. O simbólico refere-se à imagem que temos sobre nós mesmos a partir das relações com os outros, no caso das crianças, se estabelece pela relação com os pais. Nisto, postula o narcisismo primário como algo que vai para além da concepção clássica de um investimento em si mesmo, mas identifica a necessidade de um investimento do outro para que se tenha um investimento em si mesmo (ZORNIG, 2008). Ou seja, o bebê é informado constantemente do seu papel e importância dentro de uma família. Logo, o papel dos pais na criação de um entendimento sobre si mesmo é essencial.

Silvia Maria Abu-Jamra Zornig (2008) também aborda as ideias de Françoise Dolto sobre a importância dessa relação e como o bebê se reconhece a partir de seus pais. Nesta relação, às trocas afetivas dão a clareza sobre si, dando significado às vivências dessa criança. Desse modo, uma criança que tenha um corpo saudável, pode não ter uma imagem inconsciente satisfatória, isto porque pode ocorrer trocas afetivas insatisfatórias que não a introduz numa relação simbólica.

Ademais, em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir (1970) sintetiza que a mulher é recorrentemente reduzida à funcionalidade de espelho do homem, refletindo aquilo que ele deseja observar. Relacionando essa dinâmica ao conceito de narcisismo primário, é projetado na mulher inseguranças e necessidades masculinas, o que impede o pleno desenvolvimento de processos de subjetivação. Assim, o narcisismo masculino é nutrido por uma posição de superioridade, perpetuando-se em virtude do sacrifício simbólico do narcisismo feminino, que é direcionado para sustentar o ego do homem.

Paulo Cesar de Souza em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (2016) apresenta a concepção da memória obtida na infância, e que muitos dos casos é relegada ao esquecimento, mas que se tornam determinantes para a nossa vida psicológica. Esse distanciamento é denominado como repressão, processo pelo qual destina-se ao esquecimento os primórdios de uma vida sexual, ficando reprimido no arcabouço do inconsciente.

Como ideia central na teoria psicanalítica de Sigmund Freud (1905), ele postula a existência de uma energia sexual, intitulada como libido, presente desde o nascimento do sujeito. Isto é, observa-se que desde recém nascido, o sujeito possui impulsos sexuais. Tais impulsos se desenvolvem por algum tempo, mas acabam por ser reprimidos. As repressão ocorrem por intermédio de fatores sociais e culturais, como regras e educação. Repressão, segundo ele, extremamente necessária para o desenvolvimento.

Também se é conceitualizado sobre as inibições sexuais. A latência pode ser entendida semelhante a um adormecimento, estando menos ativa a sexualidade. Desenvolve-

se barreiras que dificultam a expressão do instinto sexual, como a vergonha, o nojo, e ideais morais e estéticos. A educação neste contexto exerce um reforço deixando as barreiras mais definidas. Além disso, o desvio desse instinto sexual para outras atividades é denominado como sublimação (SOUZA, 2016).

Durante o período do florescer na sexualidade infantil, por volta dos três a cinco anos de idade, floresce também a curiosidade. Paulo Cesar Souza (2016) relata que um dos primeiros questionamentos é propriamente sobre sua existência, ou seja, a criança questiona-se sobre a sua origem. Outro questionamento que surge diz respeito ao sexo. No caso dos meninos, é comum que acreditem que as demais pessoas possuam o mesmo sexo que o deles, ideia que se mantém até o complexo de castração. Por outro lado, há o pensamento que a mulher teria perdido esse pênis. Vale esclarecer que, de acordo com a teoria freudiana, a mulher inicialmente teria um pênis, mas após a castração teria o perdido. “A convicção, finalmente adquirida, de que a mulher não possui um pênis deixa no indivíduo masculino, com frequência, um duradouro menosprezo pelo outro sexo” (SOUZA, 2016, p. 105).

Ao observar sua falta em relação ao pênis, mesmo sendo o clitóris classificado como algo semelhante ao pênis, é trabalhado como consequência a inveja do pênis. Essa inveja decorre do desejo da mulher em possuí-lo, em ser também um menino (SOUZA, 2016).

Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1970) tece sobre a Psicanálise como um novo olhar sobre o sujeito, o qual traz uma nova narrativa, não sendo apenas o corpo biológico ditador e sim o experienciado. No caso da mulher, ela torna-se mulher a partir do momento que se reconhece como tal. Assim, embora haja aspectos biológicos classificados como essenciais, eles podem não ser determinantes na percepção de si. Logo, não seria a natureza classificadora da mulher, mas a mulher que, por intermédio da sua subjetividade que dá sentido a natureza a partir da sua experiência. No entanto, apesar de ressaltar o avanço num novo olhar sobre esse sujeito, evidencia suas limitações em retratar a mulher como sujeito faltante.

Assim sendo, Beauvoir (1970) concorda com a psicanálise ao considerar a identidade não sendo somente determinada por caracteres biológicos, mas também pelas experiências e construção subjetiva. Ou seja, a identidade é algo instituído pelo meio. O principal pilar da crítica de Beauvoir, é sobre a psicanálise freudiana possuir uma visão falocêntrica, isto é, centrada no masculino. A partir dessa lógica, a mulher é vista como o outro a ser definido pela sua falta. Essa visão, impede uma compreensão plena da experiência feminina, colocando-a em segundo plano. Em resumo, a psicanálise freudiana, segundo Beauvoir, carece de uma perspectiva feminina pois ao se centralizar na experiência masculina, não consegue dar conta da complexidade feminina. Além disso, contribui para a manutenção da hierarquia de gênero,

ao definir a mulher em relação ao falo, reforça-se uma subordinação feminina.

Num primeiro momento, a inveja do pênis estaria respaldada como construto feminino. A mulher, então, seria a falta desse pênis, mas ao aceitar sua falta conseguiria se realizar obtendo um filho homem, o qual preencheria esse falo perdido. No entanto, como trabalhado por Ronis Magdaleno Júnior em *A Construção do Feminino: Um Mais Além do Falo* (2009):

Muitas vozes femininas, de psicanalistas, se levantam desde a publicação por Freud de “A organização genital infantil”, em 1923 - entre elas, Anna Freud, Hélène Deutsch, Jeanne Lampl de Groot, Karen Horney, Ruth Mack Brunswick, Joan Rivière e Melanie Klein. Essas psicanalistas, a partir de suas próprias experiências clínicas e, provavelmente, pessoais, procuram enriquecer o campo de compreensão desse ‘contínente negro’ que é a mulher, segundo definição do próprio Freud. Surgem, então, trabalhos que expandem significativamente o entendimento da feminilidade.¹ O diálogo de Freud com essas autoras culminou com os artigos de 1931 e 1932, nos quais a ênfase é colocada na ligação pré-edípica intensa e longa da menina com sua mãe e nas consequências advindas desse fato (MAGDALENO, 2009, p. 90).

Para melhor elucidar essa dinâmica, Magdaleno (2009) aborda um caso clínico que nomeia como Luciana. Luciana tinha um medo intenso de engravidar, classificando-o como algo negativo e acreditava que, ao sair de seu ventre, o filho instauraria o caos. Com base nesse delineamento, surge o questionamento sobre onde estaria o desejo em obter o tão invejado pênis que, alegadamente a completaria. A percepção obtida é de que, ao contrário de uma completude, ela encontraria a interrupção do seu gozo.

Em relação a isso, Magdaleno (2009) aborda uma dinâmica importante da mulher com o seu desejo, a histeria. Freud, ao analisar o caso Dora, supõe o desejo feminino a partir da obtenção de um homem e do complexo de Édipo. Contudo, esse entendimento não se refere a uma verdade absoluta, pois limita a complexidade feminina, no caso de uma histérica, que é entendida como a resposta dessa mulher ao raciocínio fálico. A histérica, em sua dinâmica, não experimenta o gozo e não permite que o outro experimente. Nesse contexto, questiona-se o poder desse pai em contrapartida ao seu desejo, desafiando o mito edípico e o poder do falo, ou seja, colocando em destaque o desejo da própria mulher. O autor propõe repensarmos a teoria psicanalítica freudiana para abarcar a subjetividade feminina, evidenciando que: “Desse modo, o insuportável para a histérica é justamente a posição passiva de estar entregue ao gozo do outro. Como histérica, ela não está, diria Lacan, no registro do não-todo, mas sim identificada com o que está sujeito à castração” (MAGDALENO, 2009, p.92).

No caso de Dora, a imposição do seu eu sobre o senhor K caracterizava uma dinâmica clara de uma histérica. Freud, mesmo sem reconhecer, tentava submeter a Dora ao senhor K. No entanto, Dora demonstrava mais curiosidade pelo corpo de outra mulher. Esse comportamento é sugerido por Magdaleno (2009) como uma característica típica da histeria, isto é, ela procura entender a si além de como é definida ou vista em relação ao masculino (MAGDALENO, 2009).

Nisto, Ronis Junior Magdaleno (2009) propõe que ao impor seu desejo, Dora demonstra uma característica típica da histeria. Além disso, a contradição de Dora em recuar um modelo tradicional de histeria, isto é, desejar ao homem. Ao invés disso, ela demonstra uma curiosidade em relação a outro corpo feminino, desvelando a complexidade dos desejos. Outrossim, retrata a relação da histérica em seu conflito classificatório em relação ao masculino. Relação conflituosa que busca entender a si mesma além do esperado ou imposto.

Freud se viu diante de um dilema em tentar compreender a vida sexual feminina, chegando-a defini-la como contingente negro (MAGDALENO, 2009). Termo utilizado de maneira metafórica e pejorativa para se dizer àquilo que representaria um lugar desconhecido e não totalmente compreendido pela psicanálise da sua época.

Desse modo, a solução que Freud obteve foi classificar a mulher a partir da sua ausência. A partir das teorias sexuais infantis, em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905) surge a ideia da falta do pênis e a inveja do pênis, definindo a mulher como algo a vir a ser a partir da sua falta. Sob essa ótica, não se estaria formando uma mulher e sim um menino sem pênis. Neste momento, surge um questionamento: por que a mulher não abandona sua mãe e vai à procura do homem como objeto? (MAGDALENO, 2009). Entende-se que o menino deixa sua mãe por medo de ser castrado pelo pai, enquanto a menina abandona a mãe pelo ressentimento de não tê-la feito com pênis.

A distinção entre a masculinidade e feminilidade, a partir do abandono da mãe e a escolha do pai como objeto, é trabalhada por Freud (1905). Esse desenvolvimento ocorre pelo ressentimento da menina com a mãe por não lhe ter dado o pênis. Freud classifica esse processo como pré -édipo, no qual o complexo de castração leva ao conflito edípiano. Nos meninos, é o medo da castração que os afasta. De maneira simplificada, os meninos sentem medo da castração, medo que advém de desejar a mãe e competir com o pai. Esse comportamento inadequado, para Freud, resultaria na castração, de modo decisivo, o que leva à decisão de afastar-se da mãe. Esse medo faz com que abdique dos seus desejos. Já na menina, a observação da ausência do pênis gera sensação de falta, o que as faz adentrar ao conflito edípiano, desenvolvendo uma inveja do pênis. Ocorre a aproximação do pai, buscando algo

que sente falta. Tal movimento a coloca num embate com sua identidade sexual e o outro. A resolução feminina aparece quando ela abandona o desejo pelo pai e ocorre uma identificação com a mãe, o qual a menina passa a assumir um papel feminino. Identificação ambivalente marcada pelos desejos do inconsciente.

A mulher seria definida pela sua inveja do falo (MAGDALENO, 2009). Essa falta a faz adentrar ao Édipo, o qual desenvolve sua inveja. Sendo possível um delineamento satisfatório para a obtenção desse falo por intermédio de um filho. Mesmo obtendo essas conclusões, Freud não as concluiu como suficientes. Neste contexto, o que se entende pela pré-história do Édipo e como ela é desenvolvida na mulher é tida como responsável pela mudança de objeto. Tal mudança se daria pelo abandono do pequeno pênis, ou seja, clitóris para a vagina, uma mudança feita por medo da perda do amor dos pais.

Desse modo, surgiram muitos questionamentos sobre a concepção do feminino a partir da ótica freudiana. A partir da vertente do real e da castração, pode-se analisar e reinterpretar o conceito do feminino, conforme Ronis Junior Magdaleno (2009), que discute em sua obra *A construção do feminino: um mais além do falo*. A vertente do real se dá pelo não reconhecível, do não dito e da morte, enquanto a castração, no contexto lacaniano, é compreendida a partir do falo, sendo esse significante essencial a partir do qual se constroem os discursos.

Freud aborda inicialmente a sexualidade feminina como algo faltante. No entanto, posteriormente a ele, Lacan reinterpreta a castração passando a enxergar a sexualidade feminina não como uma falta simplesmente, mas uma estrutura intimamente associada à linguagem e ao simbolismo (MAGDALENO, 2009). Essa contribuição na análise permite que as mulheres se sobressaíam, ainda que não totalmente, das amarras falocêntricas.

A teoria de Lacan faz surgir o real a partir do contato com o sistema simbólico, ao lado que a teoria de Freud o real é encoberto pelo simbólico. Em resumo, para Lacan o real é algo que não pode ser totalmente observado ou compreendido, e vai se apresentando a partir do contato do indivíduo com o simbólico. Nisto, o real é algo que escapa à simbolização, aquilo que não é em totalidade representado na linguagem. Relacionado com a morte, o impossível e a falha na representação. Nessa medida, a castração é compreendida como uma estrutura que organiza o desejo e o falo como seu significante central. Por outro lado, Freud acreditava que o real, também podendo não ser totalmente compreendido ou ditos, ia sendo compreendido a partir das construções simbólicas, encobre o real oferecendo ferramentas para tratar (MAGDALENO, 2009).

Nisto, a partir de Ronis Junior Magdaleno (2009), podemos inferir que para Lacan, o

entendimento parte da castração para entendermos o ponto do real. Isso diz que o simbólico, isto é, linguagem e os significados não são observados como encobridores do real, porém como algo que transpassa, colaborando para que o real se manifeste em áreas que não podem ser na sua totalidade representada ou entendidas.

Sigmund Freud se atém ao complexo de castração para compreender o feminino. Por outro lado, para Lacan, a mulher será melhor entendida quando considerarmos o real, o qual, mesmo que afetada pelo complexo de castração, não a define por completo. Assim, parte de sua subjetividade não está associada ao falo; há parte da mulher que foge dessa definição (MAGDALENO, 2009).

Posto isto, ao desenvolver sua teoria sobre o real, Lacan afirma sobre a inexistência da mulher. Essa máxima é proposta porque não há um significante para a mulher, uma vez que, para o sexo masculino, o falo é o seu significante (MAGDALENO, 2009). Nesse sentido, Lacan se distancia de Freud ao entender a mulher não somente presa a constituir-se a partir do falo, mas também de outro lugar que é o real, o irreconhecível, o que está além do simbolismo e da linguagem.

Ronis Junior Magdaleno (2009) recorre a um caso clínico de histeria para compreender o feminino e o que seria esse falo. É proposto que o pênis, por si só, não tem significado se não fosse por um sistema de significantes que resulta numa ordem simbólica. Esse símbolo confere um lugar privilegiado no discurso, dividindo um lugar bem característico ao masculino, de indivíduos que possuem a marca de reconhecimento, ou seja, o falo. Por outro lado, o feminino, caracterizado pela exclusão, é posto em segundo plano. É a partir dessa exclusão, e na possibilidade de resistir, que se desvela a tentativa da histérica em se desvencilhar das garras do falo.

Ronis Junior Magdaleno (2009) nos incita a refletir sobre a concepção Lacaniana, acentuando que a dinâmica entre a falta de um significante e a castração não é de encobrir um ao outro. Este “furo” não existe anterior a ser delimitado pelos significantes que estão ao seu redor, os quais, ao estabelecer suas bordas, criam sua forma. Dessa maneira, o falo não esconde o furo, mas o faz revelar-se algo que vai além dele. Portanto, é possível pensar em uma metáfora em relação ao silêncio e ao grito, em que o silêncio não é apenas o palco para que o grito apareça, mas é o grito que faz o silêncio visível e lhe confere existência. Colocando a mulher como além do falo, sendo vista a partir da falta de significante.

Assim, podemos inferir, a partir de Ronis Magdaleno Júnior (2009), que essa falta não requer ser preenchida, mas constitui um lugar de produção de significado. Logo, a castração passa a ser uma condição para o indivíduo adentrar ao simbólico. De forma positiva a se

analisar, a ausência desse significante universal abre espaços para a subjetivação. Nisto, a mulher estaria além, num lugar sem determinação, mas que também pela dinâmica complexa com o simbólico, o significante e a linguagem.

Nisto, nos infere a analisar a mulher como alguém que precisa se constituir a partir do furo, da falta de um significante. Assim, há um trabalho difícil e angustiante em se constituir a partir do vazio. No caso da histérica, ela não consegue denominar a si e pede este significado ao falo. Incapaz de lidar com a angústia que sua posição de mulher lhe impõe, revive uma revolta contra o lugar que lhe é imposto: o de ser o objeto desejado pelo homem. No entanto, apesar de rejeitar este papel, ela não escapa dele e procura, nessa dinâmica, um significado sobre e para si (MAGDALENO, 2009).

Dessa maneira, Lacan oferece uma base para analisarmos a mulher como um sujeito que se constrói pelas bordas de um grande furo. Ele apresenta, para dar base ao entendimento da mulher, o conceito bi-gozo, que se compõe de um gozo fálico e um não fálico, um que se estabelece primeiro e o outro além (MAGDALENO, 2009). Esta troca ocorre pela rejeição da tentativa de preenchimento da falta importa pelo falo, o que desemboca no vazio. É como se, a mulher em sua condição de histérica, se opusesse à nomeação que a impede de ser compreendida como completa, opondo-se ao falo. Esse manejo se orienta para um gozo a parte, gozando assim do seu próprio descaso.

Portanto, a mulher, num primeiro contato, recorre ao falo para suprir sua angústia existencial, ou seja, na procura de um significado. Nesse movimento, ao se dispor a direcionar-se à mulher, comporta-se num deslocamento do clítoris para a vagina — não como o órgão em si, mas para a não representação que ela inicia: uma abertura em suas bordas e lábios, que a coloca em contato com o não finito. A questão do filho vai além do contato com o possível falo; ela revela a ligação com a infinitude da matéria, o indescritível, a própria mulher (MAGDALENO, 2009).

Magdaleno (2009) argumenta que o gozo por vias não fáticas é algo real, mas que permanece fora do campo do simbólico. O prazer feminino deve ser constituído e representado a partir de um vazio que carece de significado. É retomado o caso de Luciana, que não deseja um homem e nem um filho. Nessa dinâmica, tanto o bebê quanto o pênis se inserem dentro de uma estrutura que ainda não tem significante e ocasiona angústia. Não conseguindo abarcar o desejo do outro, justamente por não ter esse significado a essa estrutura, recai num real indigno.

Esboça que numa relação com esse outro masculino, a mulher cria um ideal que ser mulher é ser submissa. A resposta que ela encontra é a revolta, encontrando gozo no

sofrimento dele. Ao recusar-se em ceder ao prazer masculino, retira-se sua força e a diverte. Nisto, o desejo da mulher se divide em duas faces: a essencial, um objeto irrecuperável porque nunca esteve presente e a falta do significante trazido pelo falo. É essa falta que coloca a mulher no mundo sem a proteção identitária que oferece na criação da identidade masculina (MAGDALENO, 2009). Portanto, a passagem de menina para mulher requer:

A menina para tornar-se mulher há de se confrontar com o sentimento de estar lesada e agredida em sua constituição, exposta a uma violência, privada do falo, ou seja, daquilo que poderia dar um alento e servir como polarizador para as angústias do viver, e aberta para a inquietante realidade (MAGDALENO, 2009, p.100)

Nesse contexto, à luz de Lacan (MAGDALENO, 2009), para que a mulher possa desejar, ela precisa desvencilhar-se do ressentimento por não ter uma ancoragem no falo e gozar da condição de ser o desejo do outro. Esse movimento deve ser realizado para que a mulher se constitua pelas bordas; aquelas que não o fazem permanecem aprisionadas à procura de um significado fálico.

Isto posto, podemos analisar os feitos positivos de Sigmund Freud em estabelecer uma teoria que analisa o sujeito, mas que tem sua negativa ao observar e conceituar a mulher, dentro dessa vertente, como faltante (MAGDALENO, 2009). Definindo-a como algo a vir a tornar-se. Posteriormente, Jacques-Marie Émile Lacan estabelece a mulher como para além do falo, isto é, abordou de maneira mais complexa, abrindo caminhos para compreender com mais dinamicidade a sexualidade.

A partir das reflexões de Ronis Magdaleno Júnior (2009), a posição seria de um outro absoluto, que estaria além do simbólico e não podendo ser simbolizado em totalidade, o que a coloca em uma posição enigmática e de desejo. A falta estabelecida pela ausência do falo, passa a ser interpretada como uma diferença, o que não configura inferioridade. A falta do falo implica também numa existência para além de um significante estritamente biológico, de uma essencial geral e imóvel. Sendo então, a mulher constituída a partir do cultural e subjetivamente, não existindo uma definição única. Além disso, há o gozo feminino que é específico e que não se limita ao fálico. A diferença que a mulher se configura é tamanha que foi capaz de produzir um gozo para além do masculino.

11. RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO DE NOVOS DISPOSITIVOS DE SUBJETIVIDADE

Michel Foucault (1999) aborda a questão do poder, destacando também a resistência

a ele. O poder estabelecido se apresenta de forma difusa, estando presente em diversos contextos, como nas relações pessoais e nas práticas culturais. Dessa maneira, o poder está intrinsecamente ligado ao saber, que, longe de ser neutro, é utilizado como uma ferramenta de exercício do poder. Dentro dessa dinâmica, os dispositivos são entendidos como estruturas ou organizações de discursos voltadas para determinados fins. Esses dispositivos produzem indivíduos que estão sempre profundamente associados ao poder, sendo moldados e sujeitos a ele.

Os saberes, como explicitados no tópico acima deste trabalho, são enunciados criados ao longo da história com certa visibilidade, o sujeito é observado a partir desses enunciados, tornando-se sujeito a partir deles. No exercício do poder como força e ação, o sujeito tem sua sujeição a partir daquilo que requer ser extraído desse corpo, sendo quisto uma funcionalidade.

A resistência aparece como componente do poder (MACIEL JR., 2020). É caracterizada como uma forma da vida reagir a normatização. É como uma ferramenta que a vida encontrou em rearticular as relações de poder, relações a fim de controlar. No entanto, a resistência aparece como transformação e novas formas de existir. Portanto, sendo contrária ao entendimento de reação, pois estaria intimamente ligada com a ação do exercício do poder, e não uma ação de resistência voltada à criatividade.

No primeiro volume de *A História da Sexualidade I* (1999), quando Foucault aborda a passagem do poder do soberano para o disciplinar, o qual intitula como biopoder. Há o aparecimento do exercício do controle da vida e o sucessivo aparecimento da resistência. Assim, é o poder do corpo em resistir às normas, semelhante a uma qualidade do corpo em resistir. Logo, a resistência é uma oposição na tentativa de escapar dos tentáculos do poder. No entanto, mesmo havendo a resistência em seu papel criador, o poder também se recria a fim de capturar com novas estruturas.

O posicionamento pós-estruturalista oferece uma abordagem crítica e reflexiva sobre a construção do sujeito e os processos de transformação, especialmente no que se refere à ética, ao discurso de si e dos outros e à responsabilização dos sujeitos. Com base principalmente nas obras de filósofos como Michel Foucault, o pós-estruturalismo desafia as visões tradicionais de identidade, poder e verdade, e propõe um entendimento mais dinâmico e contextualizado dessas questões.

Então, Foucault observa um novo trajeto, uma terceira prática capaz de subverter, mesmo que derive, os tentáculos do poder e do saber. É a prática de si que aparece como resistência, uma relação consigo que vai sendo recriada ao longo do tempo. Foucault (1984),

diferencia o que seria o código moral e a prática de si. Nisto, a moral estaria no âmbito do saber e do poder, o qual as relações de poder em conjunto aos discursos estabelecem normas. Além disso, há também o conceito de moralidade dos comportamentos, a grosso modo, é a forma como as pessoas seguem, ignoram ou resistem aos valores sociais empregados. Logo, a moral é compreendida tanto como normal quanto comportamento. Mas como se constitui o sujeito moral, segundo Foucault?

Para Foucault (1984), há três modalidades de comportamento em relação à moralidade; regra de conduta, conduta em relação à regra e a constituição do sujeito moral. A primeira, se refere às normas que indicam as ações como corretas ou erradas, servindo como referência para as ações. A segunda, refere-se ao comportamento dos indivíduos em relação às regras, segundo ou desviando-se. Por fim, a terceira retrata como o sujeito se alinha ou se distancia a partir de uma reflexão e escolhe as ações a partir de uma reflexão. A grosso modo, é como você compreendesse os códigos e as normas, algo que deriva da relação de poder e saber, no entanto, a partir de uma autonomia aparece um funcionamento próprio, refletindo sobre suas ações.

Neste contexto, Foucault (2007) entende as práticas de si como o essencial envolvimento do sujeito consigo mesmo a fim de modificar-se e se constituir a partir da reflexão das normas. A partir da técnica de si, a pessoa reflete sobre si, questionando-se quem é, a partir das práticas de si mesmo interligada às normas e regras de ações, há a resistência do corpo em escolher como agir. Neste contexto, a ação moral e a relação consigo qualifica que todo comportamento moral tem uma ação consigo. A partir disso, para construir-se os sujeitos se reconstruem analisando o que será necessário mudanças.

A partir das leituras das obras de Michel Foucault e de *Resistência e prática de si em Foucault*, Maciel Jr (2020), essa reflexão sobre a resistência como dispositivo dos processos de subjetivação revela mais um eixo na constituição do sujeito. Isto é, para além das regras e discursos impostos ao processo de constituição do sujeito, há a resistência que é a forma como lidamos com tais imposições. Caracterizado como histórico, havendo sempre mudanças e dependendo da prática de si. Além disso, neste processo de constituição de si, para se repensar os valores e estabelecer as práticas de si é necessário uma problematização, isto é, refletir sobre os valores e práticas estipulados como naturais.

No que se refere a mulher, podemos relacionar a resistência ao questionamento das normas sociais, culturais e políticas que procuram definir seus papéis e identidade. As práticas de si colaboram como resistência, como forma de ressignificar as imposições. É o caso de mulheres que escolhem profissões que fogem das designações tradicionais e redefinem sua

trajetória de subjetividade e profissional. Neste movimento, a resistência não se classifica como imóvel e sim como contínuo processo de recriação. A resistência é um eixo fundamental da subjetividade em relação ao meio, as mulheres sempre experienciaram em diferentes momentos e de maneiras diferentes, de acordo com as condições de cada tempo, mas tentando evidenciar a resistência do corpo feminino.

As práticas de si trazem uma ferramenta para questionar e reavaliar as normas colocadas ao corpo feminino. É uma maneira de refletir sobre si e interpretar de maneira que fuja dos valores impostos, abrindo espaço para uma ação ética segundo sua reinvenção, e não apenas aceitando as regras que as sujeitam. Outrossim, Foucault (2007) retrata uma ética como uma contínua autoconstrução, nisto, é o que as mulheres vivenciam; uma busca por liberdade em suas escolhas, assumindo a narrativa de suas vidas.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, somos levados a refletirmos sobre a genealogia de Friedrich Nietzsche para compreendermos a importância de analisar os conceitos em sua origem e difusão. Este método investiga e indaga a origem dos valores e ideias que determinam o funcionamento de uma cultura, uma sociedade e os indivíduos. Considero ser fundamental iniciarmos com esta ferramenta, pois analisar a origem dos conceitos e discursos que o propagam nos permite entender o contexto social, as formas de ampliação desses saberes e como identificam os sujeitos. A fim de compreender como as mulheres são vistas e definidas a partir de um discurso, por isso, busco evidenciar a importância de analisar a origem e disseminação deles.

Além disso, a genealogia trabalha a história como um fator influente no presente. É o que propõe na postulação da genealogia da moral, a fim de investigar a origem e a função das vontades do sujeito, analisando como se estabeleceram e como essas vontades foram transmitidas ao longo do tempo. Assim, também é feita críticas a historiadores que adotam a história como verdades absolutas, imutáveis e imóvel. Acreditando que a genealogia permite uma investigação das relações históricas e os mecanismos que são utilizados para a manutenção desses discursos, a fim de não aceitá-los como universais. Neste contexto, a genealogia nos auxilia em repensar os discursos empregados ao corpo feminino.

Ao se distanciar da simples aceitação dos conceitos e discursos estabelecidos pelo meio, a genealogia nos propõe repensar ideias que tomamos como naturais e fundamentais. Esse método nos incentiva a questionarmos as definições e a analisar criticamente a construções dos discursos direcionados à mulher ao longo do tempo. Desse modo, a função da genealogia, neste contexto, é estimular uma reflexão sobre o significado de ser mulher e as

atribuições que a sociedade lhe confere, investigando as razões históricas e culturais que estabeleceram esses pensamentos. É um trabalho investigativo que rejeita a aceitação passiva de verdades e se dedica a descobrir os motivos velados a elas. Por isso, não é surpreendente que Michel Foucault tenha utilizado genealogia para compreender a formação do sujeito e as suas relações.

Michel Foucault procurou compreender o sujeito e as relações a partir de uma estrutura, com a finalidade de compreender a realidade. Através disso, somos convidados a refletir sobre o poder, o saber, o discurso e como esses significados contribuem na formação da identidade do sujeito. O poder é considerado uma ação e que se manifesta por intermédio de diversos dispositivos, por meio de práticas sociais e pelas instituições. Isso permite refletir como esse funcionamento impacta e transforma a mulher. Como o poder se difunde de diversas maneiras diferentes, e em todas, as mulheres sofrem os seus efeitos. Esses impactos podem ocorrer desde o ambiente íntimo da sua casa a grandes organizações.

Exemplificado pelas funções que são destinadas às mulheres, na sociedade é esperado diversas ações para a visão de um bom funcionamento. Tais como; se alinhar a uma estética considerada perfeita e aceitável, reproduzir a espécie, ser inteligente, mas não mais do que o homem, trabalhar, mas não ser mais remunerado que o homem. A mulher encontra-se numa posição secundária às vontades do Outro, este, sendo o homem. Todas essas e outras obrigatoriedades foram instituídas socialmente por discursos que a limitam e a definem

Dentro do espaço de sua casa, a menina nasce e logo compreende sua posição em uma hierarquia decrescente. Em uma estrutura familiar monogâmica e heteronormativa, o primeiro que se apresenta é o pai, ocupando o lugar central, seguido pelos irmãos, isto é, todos aqueles que possuem o falo como significante. A mãe, que apesar de mulher, possui uma posição superior à filha legitimada por sua função reprodutiva.

Nesta dinâmica, a mulher, desde cedo, carrega o sobrenome do pai, simbolizando pertencimento e condição de propriedade. Posteriormente quando se casa, sua identidade é deslocada novamente, configurando-se uma parte de seu marido, definida por sua relação com ele. Deslocando-se para um contexto social mais amplo que o familiar, a mulher ainda continua sendo compreendida a partir de um referencial fálico, lógica que perpetua sua subordinação em relação ao homem.

Diante desse cenário, a mulher recorre às instituições e saberes em busca de apoio ou respostas. No entanto, depara-se com discursos que dizem que sua subjetividade está associada uma complementaridade em relação ao homem. A teologia cristã, por exemplo, representa a criação da mulher a partir da costela de Adão, reafirmando um simbolismo de

dependência e subordinação que perpassa por toda construção cultural.

Neste sentido, a partir dessa narrativa que, embora hipotética, é vivenciada por tantas mulheres, nasce uma questão fundamental: como encontrar-se quando ao redor roga em representar sua existência como um desencontro? É neste embate entre o discurso dominante e a subjetividade da mulher que encontra-se uma resistência por autonomia, com o propósito de revelar novas chances de ser.

Dentro do contexto trabalhado, os discursos dominantes ditam o que é aceitável ou não. Tais normas chegam a estas mulheres como imposições de papéis, sendo exigido delas que se comportem como boas moças, ou seja, que sejam compreensivas com seu parceiros, que se mantenham em uma posição de docilidade e gentileza, e que, acima de tudo, cumpram a função de perpetuar a espécie.

Mas como a mulher adentra a essas imposições? É nesse contexto que se inserem os conceitos de vigilância e a normatização. Essas ferramentas as mantêm em constante estado de avaliação, sendo observadas e monitoradas. Estão sendo vigiadas em seu comportamento, aparência e sexualidade. São regras que acabam sendo internalizadas na sua própria identidade, colaborando para que as mulheres se reconheçam e se arranjam a elas.

Foucault estabelece uma relação de poder a partir de três vértices: poder, verdade e direito, os quais podem ser associados ao Estado, ao comércio e à sociedade. Esse triângulo tem a funcionalidade de explicar como o poder transita entre essas instâncias e como pode fundamentar os princípios de uma sociedade. Na sociedade, o poder se manifesta através do corpo, da disciplina empregada e das instituições. Em relação ao corpo, técnicas individuais são empregadas, enquanto para a população destina-se técnicas para massas. No contexto da população, observa-se as instituições exercendo controle e regulamentação, como no caso das políticas voltadas à reprodução, ora estimulando, ora restringindo.

O discurso é um conceito fundamental para analisar as instâncias dos enunciados, preocupando-se em analisar o que é dito, quem o diz e quem é silenciado. O saber por sua vez, é um componente essencial desse discurso, representando uma expressão sobre determinado assunto. Os saberes e discursos estipulados possuem uma íntima relação com o tempo, ao lugar e a quem propaga. Logo, o que é difundido como verdade absoluta é retrato de uma construção histórica. Ao analisar a partir dessa ótica, podemos concluir que os discursos não são neutros, mas sempre produzidos a partir de um referencial. Assim, podemos concluir que os discursos sobre as mulheres, sendo elaborado por homens, refletem um referencial masculino que impõe às mulheres significados construídos a partir de uma visão que foge das suas próprias experiências .

Além disso, o discurso tem a função de atribuir significado a algo, dando-lhes uma definição e propósito. Essa designação não escapa aos seres humanos, ao nascermos, já estamos inculcados de significados a partir dos discursos vigentes. A partir dessa análise, podemos visualizar como as mulheres têm sido representadas e condicionadas pelos discursos dominantes. Um exemplo desses discursos é o papel atribuído à mulher na medicina e psiquiatria, sendo considerada como um outro irracional, emocional e histérico, o que colabora para os discursos de subordinação em relação ao homem.

Assim, analisar os discursos e os diversos silêncios que os circundam possibilita uma visão mais abrangente e rica das relações. Além disso, é fundamental examinar quem ocupa esses silêncios e as posições que lhes são atribuídas.

Por fim, a governamentalidade configura a forma mais delicada de poder, que se fundamenta a partir do ideal de bem-estar, com cuidados com a convivência social, saúde e educação. Nessa ferramenta, o indivíduo é responsável por obter esse bem-estar, adotando o ideal de que deve cuidar de si de acordo com as exigências sociais.

Os papéis sociais aos quais as mulheres devem se ajustar são bem definidos e rígidos, sendo requerido que sejam maternais, cuidadoras, puras e submissas aos desejos alheios. A normalização contribui para que tenhamos uma visão dicotômica entre o que é normal e o que é anormal. Isso faz com que, ao negar os desejos dos outros, a mulher se sinta em uma posição de anormalidade. Nisto, a mulher pode se sentir culpada por não conseguir lidar com as expectativas sobre si, sentir-se rejeitada, envergonhada e inadequada, sintomas resultantes do embate entre o desejo individual e pressão externa.

Esses discursos, que cerceiam os processos de subjetivação feminina, são constantemente estabelecidos pelas práticas sociais como escolas, anúncios, cartazes e dramaturgia. Dentro desse funcionamento, a mulher tanto é limitada quanto transformada. Enquanto esses discursos limitam estabelecendo seu lugar, também transformam fazendo com que haja uma internalização dos desejos dominantes. Essas limitações e transformações ferem a subjetividade genuína que poderia ser construída, comprometendo a íntima relação com o próprio ser. Os seus anseios e aspirações individuais se findam no campo do outro, onde o eu feminino é estruturado a partir do externo.

Assim, é de fundamental importância, que como Beauvoir, nos recusemos ao essencialismo que entende as diferenças biológicas dos sexos como determinante de papéis sociais e de determinados comportamentos. Com a finalidade de desnudar a subordinação como algo natural, e sim desvelar como uma construção social

A subjetividade então se configura como um resultado das interações com o meio.

Desse modo, não é compreendida como algo inato ao sujeito, e sim construída. Neste construção, observa-se o aparecimento do conceito de biopoder. Esse conceito seria a forma do Estado em exercer o controle sobre a vida, sem contar com a racionalização do indivíduo. As ferramentas utilizadas visam o controle difuso, sem ser perceptível. A fim de instaurar algo externo como seu. Neste contexto, os processos de subjetivação da mulher vão se estabelecendo em meio às normas.

Se os processos de subjetivação se dão pela interação do eu com o meio, como a mulher pode se construir plenamente sem que algum componente a limite ou a construa negativamente, quando o externo faz questão, a todo momento, de cerceá-la? Onde os verdadeiros desejos femininos acharam campo fértil para florescer?

Nessa perspectiva, surge uma outra instância de controle, a subjetivação. Ela representa a maneira como a mulher absorve as imposições sociais, modificando-se. Compreende-se a partir dessa análise, a dificuldade da mulher de se constituir a partir de tantos entraves que procuram transfigurar seu eu. A internalização dos desejos sociais associados ao seu corpo, à estética, à reprodução e a sua sexualidade coloca-a em uma posição de perda do seu verdadeiro eu e das suas genuínas vontades.

A partir da análise dos conceitos de Foucault, é possível estabelecer uma linha de raciocínio para compreender de que forma as mulheres se estabelecem como sujeitos dentro de uma dinâmica complexa de poder. Não apenas aprisionando-as, mas também tentando alterá-las por intermédio de discursos. Contudo, o corpo para além de uma matéria que pode ser controlada, aparece corpo como força de adaptação e de resistência.

O trabalho avança para a análise de Simone de Beauvoir, que em um primeiro momento concorda com a visão de que a subjetividade é algo construído, e não inato. A partir disso, desenvolve-se uma compreensão sobre o qual a mulher é definida a partir dos seus órgãos biológicos e, em seguida, como um ser incompleto. Essas narrativas, que vinculam a mulher ao biológico ou a uma suposta incompletude, incentivam o estereótipo de gênero que acarreta na diminuição da mulher em toda sua potência.

Além disso, essas visões reduzem a mulher em sua complexidade subjetiva, ignorando a influência de outros fatores como culturais, econômicos e políticos na construção do ser feminino. Isso contribuiu para as desigualdades de gênero, a negação de aspirações e desejos, e a negação da multiplicidade de sua subjetividade. Assim, a mulher, reduzida ao seu biológico, é alvo de discursos que a vêem como reprodutoras ou do desejo sexual. Ao ser considerada como incompleta, designam um lugar a ela de submissão aqueles sujeitos tidos como completos.

A partir dessa definição a mulher não é definida como uma entidade autônoma, mas sempre definida a partir do outro. Desse modo, Beauvoir relata a ausência de um sentimento de coletividade entre as mulheres, o que não deve ser interpretado como uma crítica a uma suposta falta de um instinto coletivo. Simone nos propõe refletir sobre como o sentimento de coletividade não foi instaurado em nosso ser, e sim, porque foram instaurados desejos do outro como nossos.

Outrossim, a posição que a mulher ocupa na sociedade como subordinada ao homem é por muitas desejadas. Contudo, esse desejo só existe devido às condições históricas e sociais. Desse modo, a construção social da mulher como dependente do homem pode levar a abdicarem da sua autonomia, buscando proteção em um meio entendido como perigoso e hostil por causa do seu gênero.

Ao traçarmos uma linha temporal da mulher entre a Pré-História e a Antiguidade podemos observar que a mulher esteve encarregada de atividades que foram colocadas a elas. Seja como cuidadoras do lar e da prole, seja como resultados de mitos a fim de cobrir lacunas em sua existência, sempre sujeitas a algo.

Na contemporaneidade, Beauvoir continua sendo referência para o feminismo e para a crítica das relações de poder. Sua análise tanto da construção sociais de gênero e opressão ressoa nas lutas atuais por equidade, liberdade e reconfiguração. O ideal de resistência consiste em colocar a mulher como protagonista ativa na construção de si própria, o qual permanece relevante na atualidade, o qual as mulheres ainda enfrentam desafios para conquistar o seu espaço, especialmente em âmbitos vencidos pelos homens. Além disso, o combate pelo direito ao corpo, sexualidade e igualdade afetiva e profissional mostram-se como tensão entre discursos dominantes e a resistência. Portanto, não apenas um ícone de sua época, mas um símbolo de resistência para a atualidade.

Ao fazermos um breve recorte para a filosofia, encontramos em Hegel e Sartre a ideia de que o indivíduo se constitui, em parte, pela relação com o outro. Hegel propõe a dinâmica da relação entre um senhor de engenho e um escravo, a partir dos conceitos de dominação e subordinação. Assim, o sistema patriarcal coloca a mulher em uma posição inferior ao homem; no entanto, essa posição confere à mulher um desenvolvimento de consciência capaz de desafiar as normas e a opressão.

A partir de Sartre, elabora-se o conceito de *para-si* e *para-outro*, que podem ser compreendidos como opressão e liberdade. A opressão se dá pela limitação do indivíduo como objeto, enquanto a liberdade se manifesta pela possibilidade de se reconhecer através do outro. A tensão estabelecida entre *para-si* e *para-outro* pode ser associada à ideia de que a identidade

e a liberdade de uma pessoa estão interligadas ao social e à autoanálise. O *para-si* oferece a possibilidade de reflexão, mas, apesar da capacidade de vislumbrar o futuro e a liberdade, essa se vê reduzida pelas limitações sociais. O *para-outro* refere-se às imposições do outro sobre a mulher, ou seja, à percepção que o todo tem do corpo feminino. O olhar do outro transforma o eu em objeto, alienando-o de si mesmo. A busca por uma existência plena e autêntica deve passar pela superação da alienação e pela afirmação da subjetividade.

Neste tópico podemos compreender o papel de importância que o outro estabelece com a criação da subjetividade. A importância do meio para a determinação de quem somos. As mulheres possuem a partir dessa dinâmica, estigmas que perpetuam seu lugar de existência em relação ao outro masculino, dificultando encontrar-se como parâmetro de si mesma.

No tópico que engloba as teorias psicanalíticas, podemos perceber a relação estabelecida por Sigmund Freud em tentar compreender a mulher a partir de uma lógica fálica. Classificando a mulher como um ser faltante e a partir do gozo fálico que se é possível alcançar satisfação. Vale ressaltar que o fundador da psicanálise, apesar dos grandes avanços do entendimento humano, era um homem fincado ao seu tempo, assim, o qual considerou as conclusões obtidas em relação às mulheres como incompletas.

Se associarmos essa falta a uma reflexão crítica, podemos compreendê-la como uma ausência diretamente relacionada aos privilégios conferidos àqueles que possuem o falo. Dada uma organização social que posiciona determinados indivíduos em situação de superioridade, é evidente que aqueles em posições inferiores tenderão a desejar esse poder. No entanto, não se trata do desejo pelo falo em si, mas, talvez, de uma escuta dos próprios desejos, que permita a construção de uma base sólida para reforçar a autonomia e a subjetividade.

Posteriormente, Lacan trouxe a conceitualização da mulher em se constituir para além do falo, observando que somente as mulheres possuem um gozo não fálico. Isso coloca a mulher em um espaço enigmático que só cabe a ela. O meio exerce um poder de mediar o desejo, pois dita como deve se perceber e como deve ser percebida. Neste contexto, a mulher é ensinada a desejar ser reconhecida através do falo, reforçando a lógica fálica. Contudo, o outro gozo emerge para ultrapassar as limitações fálicas. Esse lugar vai de encontro à resistência empregada por Foucault, que estaria envolta no campo do corpo. Apesar das influências externas, encontra meios para resistir e se reconstruir.

Lacan consegue deslocar o pênis em sua condição biológica para o simbólico. Esse movimento contribuiu para que não fosse mais avaliado como uma falta e perpassa a ser analisado como um lugar no desejo. Então, o desejo não parte somente do biológico, mas de uma malha de símbolos que dão sentido às experiências vividas. O inconsciente é construído

como linguagem e, por isso, a forma como nos percebemos é moldada pelos significados que advém da sociedade. O desejo se constrói a partir dos símbolos oferecidos pelo meio. Assim, a posição que a mulher ocupa no campo dos desejos, mas sim como a cultura constrói as suas experiências, determinando seu desejo, oferecendo uma direção.

A subjetividade encontra um terreno vasto para sua análise, cruzando com a genealogia, um método que busca investigar as ideias e práticas. Ao adentrarmos aos conceitos de Michel Foucault dialogando com o poder e o conhecimento até a dialética do eu e o outro por Hegel e Sartre, passando pelas análises de Beauvoir sobre a mulher. Analisando as teorias de Freud e Lacan no tocante ao percurso do encontro do eu feminino e lançando-se a resistência como adaptação e reinvenção de si.

A subjetividade se constrói na relação com o outro, necessitando tanto de reconhecimento quanto de confronto para que possa emergir. Marcada pela opressão e pela imposição, construída socialmente e influenciada pelo poder. Dessa forma, torna-se essencial as mulheres a crítica e resistência para afirmarem-se. Ainda sim, podemos apenas vislumbrar um espelho que reflita a nós mesmas sem nenhum referencial que não tenha experienciado o que é ser mulher. A coragem da mulher em encontrar-se desafiando definições, buscando reconhecer a si em meio a discursos que tentam silenciá-la.

A partir do caminho traçado, podemos perceber que a construção do sujeito ocorre pela interação de diversos mecanismos, numa conversação dinâmica entre o eu e o outro, o interno e o externo. A fundamentação da problemática fica concentrada a construção do segundo sexo. Não teríamos, então, base para afirmar que não devemos ser conceituadas a partir de um referencial que nos coloca em um lugar secundário? Já não compreendemos as relações de poder e como elas têm influência direta sobre aqueles que se consideram superiores? O que nos falta para nos compreendermos como sujeitos completos, sem que seja necessário nenhum referencial fálico? A nossa existência resiste e resistirá! Para além de um significado sem significado, eu resisto assim igualmente a todas as outras.

No intuito de investigar a subjetividade feminina em sua gênese e os discursos que a circunscrevem, definem e transformam, emerge a possibilidade de compreender o "eu" feminino como uma construção situada na tensão dialética entre o eu e o outro, os discursos dominantes e os gestos de resistência. Nesse sentido, a realização de pesquisas que interroguem e desestabilizem os dispositivos de poder que limitam a autonomia feminina torna-se, em si, um ato de resistência e uma abertura para novas formas de subjetivação.

Compreendo que a angústia da mulher não deve ser reduzida à ausência do falo. O sofrimento não reside na falta do pênis, mas na imposição de um lugar que a define sem refletir

sua verdadeira identidade, negando-lhe a liberdade de se encontrar e se reconhecer. Infelizmente, perde-se nas garras do olhar do outro, sujeitando-se a qualquer definição externa: "filha de", "esposa de", "mãe de", "apanhou de", "morreu por". Que nossa existência não seja mais classificada a partir de um referencial fálico, que aqueles investidos de poder não se sintam no direito de negar ou extinguir nossa identidade. Que resistamos! Que, acima de tudo, resistamos.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, S. D. R. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – UNESP, São Paulo, 2013.
- BAVARESCO, Agemir. Dialéticas do ser-para-si: realidade x idealidade. *Ágora Filosófica*, Recife, 2022.
- CARDOSO, Hélio Rabello. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. 2005. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.
- FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública*, FGV, 2010.
- FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Tradução de J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. 19, p. 303-320. (Trabalho original publicado em 1925).
- FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In: *Obras completas*, vol. 6. Rio de Janeiro: Imago, 1905.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13. ed. Digital Source, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, v. 15, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- MAGDALENO JR, Ronis. *A construção do feminino: um mais-além do falo*. *Jornal de Psicanálise*, São Paulo, v. 42, n. 77, p. 89-106, dez. 2009.
- MANDELBAUM, Belinda. Em busca de um encontro: o método hermenêutico na pesquisa em Psicologia Social. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 1, p. 227-234, 2012.
- MOREIRA, W. Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção. *Janus*, Lorena, ano 1, n. 1, 2º sem. 2004.
- OLIVEIRA, Lorena Silva. O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. 2019. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGF/IFCS, Rio de Janeiro, 2019.
- PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico

para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo, 1995.

SILVA, Flávia Milene Ribeiro. A relação entre o ser-para-si e o ser-para-outro e a implicação dessa relação para a constituição do problema do "homem" na filosofia de Jean-Paul Sartre. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.

SODRÉ, Olga. Contribuição da fenomenologia hermenêutica para a psicologia social. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 55-80, 2004

SOUZA, Paulo César. *Sigmund Freud: Obras completas, vol. 6. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentada de uma histeria ("o caso Dora") e outros textos (1901-1905)*. Rio de Janeiro: Imago, 2016.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. *As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões*. 2008.